



Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Brasília  
*Campus Riacho Fundo I*  
Licenciatura em Geografia

ADRIANA PEREIRA SANTOS

**A EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO X MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS:**  
Corpos e mentes em disputa no Distrito Federal

Brasília-DF  
2023

ADRIANA PEREIRA SANTOS

**A EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO X MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS:**  
Corpos e mentes em disputa no Distrito Federal

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Brasília - IFB, Campus Riacho Fundo I, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Tássio Barreto Cunha.

Brasília-DF  
2023

## **O caminho se faz ao caminhar: trajetória percorrida para a realização da pesquisa**

Início meu trabalho, com algumas palavras simples e singelas do processo em que cheguei ao meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, a partir do chão onde eu piso que é a base da minha leitura de mundo. Logo, sou militante Sem Terra, tenho uma identidade política com o Movimento dos Trabalhadores (as) Sem Terra, que se iniciou nos anos 2000, e hoje, além de me orgulhar dessa identidade, ela é o que me move para lutar por um mundo mais justo e igualitário.

Desde pequena levei o estudo sempre a sério. Primeiro entendendo a causa do meu pai analfabeto, interpretando que foi culpa do Estado que lhe negou o seu direito aos estudos em idade hábil. Mesmo assim nunca tive vergonha, mas via o quanto ele se esforçava para que nada faltasse para que eu estudasse.

No seio da minha família tenho grandes exemplos de pessoas lutadoras, minha querida avó materna, que antes de morrer estava estudando direito, sentia muito orgulho dela além de cuidar de dez filhos sozinha, ela deixou um legado que “nunca é tarde para conquistar seus sonhos”. E minha mãe que tem lados de super cuidadora e lutadora. Essas três formas de ver o mundo ajudaram, nessa construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC e como eu vejo a educação, ela além de um direito é um princípio e carregada de simbolismos.

Sou aluna egressa da Educação do/no campo, em que cursei o Técnico em Administração em Cooperativas. Entro na faculdade tardiamente, mesmo assim estar em sala de aula é o meu momento, meu mundo é onde me realizo fazendo o que realmente me dá prazer que é estudar.

Iniciei o Curso de Licenciatura em Geografia em 2019, durante esses anos enfrentamos a pandemia da COVID-19 e muitas turbulências promovidas com um governo não comprometido com a Educação. Hoje em 2023 finalizo com grandes esperanças, pois já sabemos o quanto Lula é comprometido com seu povo, o IFB é fruto desse comprometimento.

Durante quatro anos, estive envolvida com esse mundo acadêmico ainda cheio de vaidades, mas que começa a está mais colorido com o povo. Realizei pesquisas, participei de grupo de estudos, centro acadêmico etc. Dessa forma, busquei zelar pelos meus estudos e conhecimento realizando as leituras e as atividades enquanto uma forma dialética do saber visto apenas uma gota em meio ao oceano existente.

Pesquisar não é algo solitário, é sim um exercício coletivo, embora escrever acaba sendo solitário, mas parte de uma reflexão vivenciada coletivamente em que vamos nos moldando enquanto sujeitos. Nos ajuda sempre questionar o que está visível aos olhos a partir

de métodos, conceitos e categorias, por isso escrever meu TCC é dizer que ele é fruto dessa construção e sentimento de indignação, ao mesmo tempo com responsabilidade, respeito e carinho que tive com os dados que ia conseguindo refletindo e vendo que muitas vezes eles eram suficientes ou que havia descaso e que precisava problematizar eles, para que os leitores deste trabalho, assim como eu, se sentisse indignado. O pesquisador surge quando nos indignamos e buscamos entender os elementos dessa indignação.

Santos, Adriana Pereira.

A Educação no/do Campo X militarização das escolas: corpos e mentes em disputa no Distrito Federal / Adriana Pereira Santos ; orientação Tássio Barreto Cunha. — Riacho Fundo, DF: 2023.  
92 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2023.  
Orientador(a): Tássio Barreto Cunha.

1. Educação no/do Campo. 2. Educação. 3. Militarização das escolas. 4. Geografia. 5. Trabalho de conclusão de curso. I. Cunha, Tássio Barreto, orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

Dedico este estudo à minha querida avó materna, a Luzia e à minha irmã Andréia. As três nos deixaram, mas se eternizaram em meu coração.

## AGRADECIMENTOS

De uma maneira carinhosa gostaria de iniciar agradecendo a minha família, em especial minha maravilhosa mãe e meus queridos trigêmeos, pelo total apoio e carinho. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, por total apoio e contribuição em minha formação política e identidade de classe. Gostaria de agradecer ao meu orientador, pelo carinho, pela parceria e tempo que disponibilizou para refletir, analisar e me orientar, eles possibilitaram a realização deste estudo.

Aos educadores e educadoras, meu muito obrigado, pois vocês contribuíram para meu processo de formação, eternizando os saberes em forma de práxis, como Paulo Freire já dizia: “O educador se eterniza em cada ser que educa”, dessa forma, meus mais sinceros agradecimentos. Alguns me ensinaram que educar é “um ato de amor”, outros me ensinaram como **JAMAIS** serei enquanto educadora. Eles/as/es, são: Tássio Barreto Cunha, Gervásio Barbosa Soares Neto, Luan do Carmo da Silva, Thafarel Rodrigues da Costa, Sônia Cristina Hamid, Isabella de Araújo Goellner, Bruno Vieira Ribeiro, Rejane Maria de Araújo Vago, Aristóteles de Almeida Silva, Júlio Tomé, André Ricardo Bellinatti, Renan Amabile Boscariol, Falk Soares Ramos Moreira, José Vandério Cirqueira Pinto, Felipe do Couto Torres, Ana Luiza de França Sá, Silvia Marcela de Oliveira Magalhães, Thanan Walesza Pequeno Rodrigues, Tatiana de Macedo Soares Rotolo, Ana Clara Gonçalves Dourado, Sérgio Barbosa Gomes, Thiago de Faria e Silva, Vanesa Rios Milagres, Edilene Américo Silva, Sérgio Magno Carvalho de Souza, José Messias Eiterer Souza.

Finalizo agradecendo aos meus colegas de turma, e das outras turmas de geografia também, ao Instituto Federal de Brasília - Campus Riacho Fundo I - IFB, reitoria, direção, coordenações, aos servidores (as/es), motoristas, vigilantes e aos trabalhadores (as/es) da limpeza, meus mais sinceros obrigada.

“A história não se escreve fora do  
espaço,  
e não há sociedade a-espacial.  
O espaço, ele mesmo, é social.”

**Milton Santos**

“O olhar espacial supõe  
desencadear o estudo de determinada  
realidade social verificando as marcas  
inscritas nesse espaço (...).”

**Helena Copetti Callai**

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivos realizar uma investigação científica com abordagem geográfica sobre a dinâmica agrária e socioterritorial das Escolas no/do Campo e os dois projetos de Militarização das Escolas: o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares e a Gestão Compartilhada das Escolas Civil Militares no Distrito Federal, assim se buscou identificar quem são os sujeitos envolvidos e suas principais realizações, entre pactos e/ou conflitos; levantar informações relacionadas com Escolas no/do Campo no que condiz sua localização geográfica e seus referenciais de implementação; cruzar informações sobre os crimes no DF nas RAs das Escolas Militarizadas, para assim interpretar o discurso de “combate à violência” apresentado pelo Governo do Distrito Federal - GDF; levantar os pontos basilares do conflito pedagógico entre os modelos da Educação no/do Campo x Militarização das Escolas Públicas, logo; divulgar os resultados finais do trabalho aos sujeitos envolvidos a partir de ferramentas da internet e apresentações presenciais. Com a metodologia desenvolvida, baseia-se em informações qualiquantitativas através de levantamentos bibliográficos, arquivos de jornais, vídeos de audiências públicas disponibilizadas e dados estatísticos. Partindo de algumas bases de categorias e conceitos geográficos como: Educação do campo, território, territorialidade, poder, classe social e militarização das escolas/gestão compartilhada que permitiram elucidar e fazer uma melhor leitura da realidade proposta. A seguinte pesquisa se dividiu em 3 capítulos, eles são: 1º - Uma análise sobre a dinâmica da Educação do campo, escolas do campo e a questão agrária no Distrito Federal- DF, 2º Uma abordagem sobre o projeto de militarização das escolas na capital federal e o 3º, buscou-se aprofundar e comparar esses dois modelos de educação existentes na capital apontando as contradições existentes.

**Palavras- chave:** Educação no/do Campo; Militarização das Escolas; Dinâmica Agrária.

## RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo realizar una investigación científica con enfoque geográfico sobre la dinámica agraria y socioterritorial de las escuelas en el campo y los dos proyectos de Militarización de las Escuelas: el Programa Nacional de Escuelas Cívicas Militares y la Gestión Compartida de Escuelas Militares Civiles en el Distrito Federal, buscando así identificar quiénes son los sujetos y sus principales logros, entre pactos y/o conflictos; recopilar información relacionada con las escuelas sobre el terreno en lo que sea coherente con su ubicación geográfica y sus referencias de implementación; información cruzada sobre delitos en el Distrito Federal en las ARs de Escuelas Militarizadas, en respuesta a la interpretación del discurso de "combatir la violencia" presentado por el GDF; levantar os pontos basilares do conflito pedagógico entre os modelos da Educação no/do Campo x Militarização das Escolas Públicas, logo; divulgar os resultados finais do trabalho aos sujeitos envolvidos a partir de ferramentas da internet e apresentações presenciais. Com a metodologia desenvolvida, baseia-se em informações qualiquantitativas através de levantamentos bibliográficos, arquivos de jornais, vídeos de audiências públicas disponibilizadas e dados estatísticos. Partindo de algumas bases de categorias e conceitos geográficos como: Educação do campo, território, territorialidade, poder, classe social e militarização das escolas/gestão compartilhada que permitiram elucidar e fazer uma melhor leitura da realidade proposta. La siguiente investigación se dividió en 3 capítulos, que son: 1º - Un análisis sobre la dinámica de la educación de campo, las escuelas de campo y la cuestión agraria en el Distrito Federal - DF, 2º Un enfoque sobre el proyecto de militarización de las escuelas en la capital federal y el 3º, buscó profundizar y comparar estos dos modelos de educación existentes en la capital señalando las contradicciones existentes.

**Palabras clave:** Educación en el campo; militarización de las escuelas; Dinámica Agraria.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras

<b>Figura 1</b> - Geomorfologia do DF e as Escolas no/do Campo do Distrito Federal .....	21
<b>Figura 2</b> - A Grilagem de Terras em São Sebastião.....	29
<b>Figura 3</b> - A Grilagem de Terras em Brazlândia.....	30
<b>Figura 4</b> - A Grilagem de Terras em Planaltina.....	30
<b>Figura 5</b> - As escolas no/do Campo e a agricultura no Distrito Federal.....	34
<b>Figura 6</b> - Os colégios EGCS e as escolas PECIM no Distrito Federal .....	38
<b>Figura 7</b> - A Estrutura das escolas CCMDF.....	41
<b>Figura 8</b> - As escolas no/do campo e as escolas militarizadas no Distrito Federal.....	59

### Gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição percentual dos estudantes por modalidade de ensino.....	33
<b>Gráfico 2</b> - Taxa de criminalidade por faixa etária 2019 a 2022.....	45
<b>Gráfico 3</b> - População total das RAs com escolas militarizadas.....	46
<b>Gráfico 4</b> - Faixa etária .....	47
<b>Gráfico 5</b> - População e sua diversidade .....	47
<b>Gráfico 6</b> - Renda per capita familiar das RAs.....	47
<b>Gráfico 7</b> - Escolaridade maiores que 25 anos.....	48
<b>Gráfico 8</b> - Índice de vulnerabilidade social das RAs com escolas militarizadas.....	48
<b>Gráfico 9</b> - Escolas EdoC e Militarizadas.....	53
<b>Gráfico 10</b> - Quantidades de estudantes .....	53

### Quadros

<b>Quadro 1</b> - Marcos Normativos Educação no/do Campo.....	19 e 20
<b>Quadro 2</b> - Marcos Normativos Distritais para a Educação no/do Campo.....	32
<b>Quadro 3</b> - Número de escolas, quantidade de alunos (as) do PECIM.....	40
<b>Quadro 4</b> - Número de escolas, quantidade de alunos (as) e a denominação de cada colégio CCMDF.....	41 e 42
<b>Quadro 5</b> - Principais conflitos vivenciados pelos estudantes .....	50
<b>Quadro 6</b> - Estrutura pedagógica dos dois modelos.....	53 e 54
<b>Quadro 7</b> - Principais entidades envolvidas na defesa da Educação no/do Campo.....	55

<b>Quadro 8-</b> Instituições envolvidas com a Educação no/do Campo.....	56
<b>Quadro 9-</b> Entidades e instituições envolvidas na política de militarização das escolas.....	56
<b>Quadro 10 -</b> Entidades contrárias às Escolas Militarizadas.....	57
<b>Quadro 11 -</b> Demandas e reivindicações da Educação no/do Campo no Distrito Federal...	58

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Estabelecimento Agropecuário no Distrito Federal.....	24
<b>Tabela 2</b> - Produção agrícola no Distrito Federal em 2021.....	24
<b>Tabela 3</b> - Área e produção de grãos no DF.....	25
<b>Tabela 4</b> - Condição do produtor em relação às terras.....	27
<b>Tabela 5</b> - Relação de Assentamentos e Acampamentos no Distrito Federal.....	28
<b>Tabela 6</b> - Taxa de homicídio das RA com escolas militarizadas entre 2019 e 2022.....	45

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

**CBMDF** - Corpo de Bombeiros do Distrito Federal  
**CCMDF** - Colégio Cívico Militar do Distrito federal  
**CMB** - Colégios Militares de Brasília  
**CEB** - Câmara de Educação Básica  
**CED** - Centros Educacionais  
**CEDF** - Conselho de Educação do Distrito Federal  
**CEF** - Centro de Ensino Fundamental  
**CLDF** - Câmara Legislativa do Distrito Federal -  
**CNE** - Conselho Nacional de Educação  
**CODEPLAN** - Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
**CRE** - Coordenações Regionais de Ensino  
**CUT** - Central Única dos Trabalhadores  
**DF** - Distrito Federal  
**ECIM** - Escolas Cívico Militares  
**EDOC** - Educação do Campo  
**EGCS** - Gestão Compartilhada das Escolas Civil Militares  
**EJA** - Educação de Jovens e Adultos  
**EMATER - DF** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal  
**FETRAF** - Federação dos Trabalhadores da Agricultura  
**FIOCRUZ** - Fundação Oswaldo Cruz  
**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio  
**FNL** - Frente Nacional de Luta  
**GAZR** - Gratificação de Atividade na Zona Rural  
**GDF** - Governo do Distrito Federal  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IDEB** - Índice de desenvolvimento da Educação Básica  
**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano  
**IFB** - Instituto Federal de Brasília  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**IPEDF** - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito federal  
**IVE** - Indicador de Vulnerabilidade Escolar

**LDB** - Lei de Diretrizes e Base da Educação

**MATR** - Movimento em Apoio aos Trabalhadores Rurais

**MBST** - Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Sem Terra

**MEC** - Ministério da Educação

**MD** - Ministério da Defesa

**MPDFT** - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**ONG'S** - Organizações Não Governamentais

**PECIM** - Programa Nacional das Escolas Cívico Militares

**PIBIC** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**PDAD** - Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios

**PDE** - Plano Distrital de Educação

**PDOT** - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal

**PHS** - Partido Humanista da Solidariedade

**PMDF** - Polícia Militar do Distrito Federal

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PROEDUC** - Promotoria de Justiça de Defesa da Educação

**PRP** - Partido Republicano Trabalhista

**PSOL** - Partido Socialista e Liberdade

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**RA** - Região Administrativa

**SEAGRI-DF** - Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

**SEEDF** - Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal

**SINPRO - DF** - Sindicato dos Professores do Distrito Federal

**SPU** - Superintendência de Patrimônio da União

**SSP - DF** - Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

**STTR/FETA - DF** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Distrito Federal

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**TERRACAP** - Companhia Imobiliária de Brasília

**UE** - Unidades Escolares

**UNB** - Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO AGRÍCOLA, O CAMPO DAS ESCOLAS NO/DO CAMPO E A DISPUTA TERRITORIAL NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	18
1.1 Entendendo a geomorfologia de Brasília a partir das Escolas no/do Campo.....	20
1.2 A produção agrícola no Distrito Federal - DF .....	23
1.2.1 Os sujeitos do campo no Distrito Federal.....	26
1.3 A Grilagem de terras e a especulação imobiliária na Capital Federal .....	29
1.4 A Educação no/do Campo no Distrito Federal - DF .....	31
1.4.1 As Escolas no/do Campo no Distrito Federal.....	33
<b>CAPÍTULO 2 - O PROJETO DE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL</b> .....	36
2.1 As Escolas ECIMs.....	39
2.1.1 Os colégios CCMDF.....	40
2.2 A militarização das escolas: uma política de criminalização da juventude no DF .....	44
2.3 Os três anos de militarização das escolas.....	49
<b>CAPÍTULO 3 - CONFLITO FRENTE ÀS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS - EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO X MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO DF</b> .....	53
3.1 Entidades envolvidas nos modelos de educação em questão.....	55
3.2 Desafios enfrentados pelos modelos de educação.....	57
<b>CONCLUSÃO</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	63
<b>ANEXOS</b> .....	69

## INTRODUÇÃO

A escola enquanto instituição de ensino, proporciona a formação cidadã e profissional da população, além de ser alicerce central na influência do “modo de pensar e agir” das pessoas, não se comportando como territórios neutros, mas em disputa de “mentes e corpos” dos (as) sujeitos (as) que fazem parte de sua teia de relações, enquanto reflexo direto da sociedade. Por esse papel ativo na formação da consciência abrigam conflitos, dominação, resistência e diversidade. Logo, ao se relacionar com seu meio através de um conjunto de práticas e expressões, se constitui enquanto epicentros de territorialidades (DISTRITO FEDERAL, 2012).

A Educação no/do Campo<sup>1</sup> - EdoC é um projeto construído para os trabalhadores (as) a partir de uma essência emancipatória enquanto algo transformador e não como um produto mercadológico. É uma educação pensada a partir de uma dimensão geográfica, por ser o espaço do vivido, onde os sujeitos criam laços afetivos e se enraízam, criam identidade e se territorializam. Isto é No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Logo, se busca entender o sujeito enquanto um ser social, histórico e cultural junto a uma pedagogia que o envolva em seu processo de formação, ou seja, que dialogue com seu cotidiano (HAESBAERT, 2004; CALDART, 2002).

Dessa forma, a proposta pedagógica da Educação do/no Campo, nasce da materialidade das relações sociais no lugar, e, se desenvolvem simultaneamente na intensificação das disputas territoriais, que não são possíveis sem as contradições, os conflitos, as disputas, a violência, a expropriação/espoliação, a resistência e os movimentos socioterritoriais camponeses, precursores no desenvolvimento dessa construção social (CAMACHO, 2017; CAMACHO 2018, apud CAMACHO, 2019).

Em Brasília, a Educação no/do Campo<sup>2</sup> tem uma trajetória que se inicia em 2012, com o Currículo em Movimento iniciado a partir de 2018, tendo marcos legais que o garante enquanto política pública, diretriz e princípios que norteiam sua pedagogia, criando identidade

---

<sup>1</sup> O seguinte estudo se inicia a partir de dois Projetos de Iniciação Científica - PIBIC, realizados durante a graduação de licenciatura em Geografia do IFB/RF, em que a Educação no/do Campo e a Militarização das escolas no DF, foram os objetos de análise atrelados aos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, que se materializaram neste exercício reflexivo do TCC.

<sup>2</sup> A pesquisa se restringiu às escolas de Educação Básica do Distrito Federal que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e a Educação Profissional de Nível Técnico de acordo com a resolução do CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.

com a realidade vivenciada no campo, o desvinculando das ditas “Educação Rurais”, que não dialogam com o cotidiano dos sujeitos do campo.

A Militarização<sup>3</sup> das escolas, por sua vez, começa a ser uma realidade vivenciada em algumas escolas do Distrito Federal a partir de 2019, com projetos intitulados de Gestão Compartilhada das Escolas Civil Militares - EGCS junto ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM, com grandes investimentos e um rigor da “disciplina na escola”, como a forma de se vestir e se comportar. Esse modelo escolar, já é realidade em alguns Estados brasileiros como é o caso de Goiás e vem se intensificando no Estado do Paraná e outros Estados da Federação, com o mito de uma escola de qualidade e que elas vão combater a criminalidade dentro e fora das escolas, mascarando os reais problemas enfrentados pela educação brasileira e a sociedade.

A seguinte pesquisa propõe: realizar uma investigação científica com uma abordagem geográfica sobre a dinâmica socioterritorial das Escolas no/do Campo e o processo de Militarização das escolas (EGCS e PECIM) no Distrito Federal e a relação com a dinâmica agrária; identificar quem são os sujeitos e suas principais realizações entre pactos e/ou conflitos; Levantar informações relacionadas com Escolas no/do Campo no que condiz sua localização geográfica e seus referenciais de implementação; Cruzar informações sobre os crimes no DF nas RAs das Escolas Militarizadas, para interpretar o discurso de “combate à violência” apresentado pelo GDF; Apresentar pontos basilares do conflito pedagógico entre os modelos da Educação no/do Campo x Militarização das Escolas Públicas e Divulgar os resultados finais do trabalho aos sujeitos envolvidos a partir de ferramentas da internet e apresentações presenciais.

Logo, optou-se pelo método materialista histórico e dialético, por entender que este permite desvelar a realidade proposta, expressando o desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico e seu processo histórico e social a partir do concreto vivido, sua relação de classe, buscando assim as contradições existentes no objeto analisado (SPOSITO, 2004; CUNHA, 2017). Isso seguindo a toada da frase de Ruy Moreira, que “a geografia como uma ciência social ajuda desvendar a realidade concreta e desnudar máscaras sociais”, somando ao princípio geográfico elaborado por Jean Brunhes, quando afirma que “é necessário entender um fenômeno não como algo isolado, fechado em si mesmo, mas enquanto uma totalidade complexa que acontece em movimentos permanentes”. Outro princípio de que se foi utilizado

---

<sup>3</sup> Titulação utilizada com maior veemência nesse trabalho e por ser mais fácil o entendimento, uma vez que elas são conhecidas assim. Essas escolas não são as mesmas que os Colégios Militares de Brasília - CMB, em termos estruturais e financeiro. Além deles fazerem parte de um sistema de ensino em que os militares têm todo controle da gestão (LUZ, 2022).

é o da atividade, também elaborado por Jean Brunhes, em que se entende “a realidade como um processo em que tudo se transforma, através de movimentos contraditórios, mutáveis e dinâmicos” (CASTILHO, 2017; MOREIRA, 1982).

A partir de alguns (mas) teóricos (as) a pesquisa iniciou com um levantamento bibliográfico com o objetivo de entender a dinâmica agrária e as escolas no/do campo no Distrito Federal, tendo como partida algumas bases de categorias e conceitos geográficos como: Educação do campo, território, territorialidade, poder, classe social e militarização das escolas/gestão compartilhada, que permitiram elucidar e fazer uma melhor leitura da realidade proposta. A partir de alguns autores como: Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Marcelo de Souza, Marcos Aurélio Saquet, Bernardo Mançano, Miguel Arroyo, Mônica Molina, Rodrigo Simão, Roseli Salete Caldart, Caetano de Oliveira e Victor Hugo Viegas de Freitas Silva, dentre outros (as).

Em um segundo momento, a pesquisa coletou dados estatísticos, arquivos de jornais e vídeos de audiências públicas disponibilizadas e dados estatísticos primários e secundários de alguns órgãos e entidades a nível global, nacional, regionais e locais como: secretarias, companhias, institutos e autarquias estatais e privadas, organizações não governamentais - ONGS; movimentos sociais, sindicatos, centros de pesquisas, legislações propostas e aprovadas e outros procedimentos necessários para alcançar os objetivos propostos. As informações coletadas serviram de base para elaboração de produtos em forma de organogramas, tabelas, gráficos e mapas.

A seguinte pesquisa se dividiu em 3 capítulos, eles são: Primeiro Capítulo - Uma análise sobre a dinâmica da Educação no/do campo, escolas do campo e a questão agrária no Distrito Federal- DF, o Segundo Capítulo - Uma abordagem sobre o projeto de militarização das escolas na capital federal e o Terceiro Capítulo, buscou-se aprofundar e comparar esses dois modelos de educação existentes apontando suas contradições.

## CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO AGRÍCOLA, O CAMPO DAS ESCOLAS NO/DO CAMPO E A DISPUTA TERRITORIAL NO DISTRITO FEDERAL

“Eu quero uma escola do campo,  
que tenha a ver com a vida da gente (...)  
Eu quero um Escola do Campo  
que não tenha cercas que não tenha muros  
onde iremos aprender a sermos construtores do futuro (...).”  
**(Gilvan Santos)**

Uma educação digna, gratuita e de qualidade é um direito cidadã e um dever do estado”, previsto na Constituição Federal. Logo, ela deve proporcionar aos estudantes a possibilidade de refletir, pensar, problematizar, reconhecer e transformar sua realidade no seu território, através de suas práticas sociais, construir uma consciência crítica e libertadora. Uma educação que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico, para “além do capital<sup>4</sup>”, que esteja comprometida com a formação cidadã e com a vida humana (FREIRE, 1997).

Nesse sentido, essa pesquisa compreende que a educação reflete a estrutura de poder existente em uma sociedade. No modo de produção capitalista ao qual estamos inseridos, a educação é vista como um instrumento de dominação de classe, pois suas estruturas e finalidades estão condicionadas a reprodução social metabólica dos valores da sociedade capitalista, peça do processo de acumulação do capital (KRUPSKAYA, 2017; MÉSZÁROS, 2008).

Desse modo, a Edoc precisa ser compreendida a partir do conceito de território e das relações socioterritoriais que ela exerce. O território na geografia, é entendido como uma relação de poder pois ele expressa multidimensionalidade do "vivido". Visto que, é entendido como uma totalidade, histórico/dialética e não acontece de forma separada e restrita, mas pela intencionalidade de afirmação enquanto identidade de classe territorial dos povos do campo, das práticas do “uso” do território, que vai além de seu valor de troca que é compreender como o lugar da vida atribui um valor simbólico da materialidade para imaterialidade do território onde contém elementos da natureza que existem relações sociais, portanto, o que define o perfil do território é a dimensão política que ele exerce (RAFFESTIN, 1993; MANÇANO, 2005; HAESBAERT, 2004; SOUZA et al., 2009; CAMACHO, 2019).

Saquet (2009) nos faz refletir que ao mesmo tempo, “território é a apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas”. É um

---

<sup>4</sup> A Educação enquanto um instrumento emancipador, em que os sujeitos se tornam seres conscientes e políticos de sua vida e da sociedade em que vivem e não apenas mercadorias geradoras de lucro e reproduzir valores inerentes ao sistema capitalista.

espaço natural, socialmente organizado e produzido, fruto de uma construção coletiva com múltiplas territorialidades, pois é um produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, produto de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade (SAQUET et al., 2009).

A EdoC é uma proposta de educação pensada a partir do chão da escola e da comunidade onde estão inseridas criando vínculos e laços identitários com os saberes cotidianos em uma relação prática-teoria-prática, isto é, uma práxis social onde os sujeitos desvelam contradições existentes na realidade, a partir de suas lutas e (re)existências<sup>5</sup>. Se fundamenta a partir de um acúmulo histórico de educação emancipatória, uma pedagogia que os envolve em seu processo de formação, ou seja, um exercício que dialogue com seu cotidiano compreendendo o sujeito em sua dimensão social, histórica, cultural e política.

Nessa perspectiva, a EdoC se constituiu no final da década de 90, como uma “articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação”, com o objetivo de materializar ações concretas e *disputas pela formulação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira*, uma educação para atender aos interesses sociais, políticos e humanos dos trabalhadores do campo, por isso ela nasceu do protagonismo dos trabalhadores (as), organizações e movimentos sociais do campo. Por isso, é uma forma associativa de lutas e práticas coletivas cujo foco é a educação, mas que não se aparta de outras lutas pela vida que precedem ou a completam, como: terra, trabalho, cultura, alimento, saúde, participação política etc. (CALDART, 2015; CALDART, et al. 2021).

Uma grande conquista a ser considerada nesse processo é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, uma política pública para a alfabetização de jovens e adultos que segue níveis da educação básica, graduação e pós graduação para assentados e assentadas e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade a SECAD, estas vistas como conquistas, pois “Não existe política pública se você não tiver quem a realiza no organograma do Estado brasileiro e que tenha recursos específicos”<sup>6</sup> para a sua efetivação. A partir de 2001, a EdoC passa a ter seus marcos normativos, dispositivos legais que lhe dão legitimidade a partir de pareceres, resoluções, leis e decretos. Dessa forma, a pesquisa traçou uma linha histórica desse processo, como pode ser observado no quadro 1 a seguir.

**Quadro 1** — Marcos Normativos nacionais da Educação no/do Campo

---

<sup>5</sup> Na geografia esse processo é denominado territorialidade por refletir a multiplicidade do vivido (RAFFESTIN, 1993).

<sup>6</sup> Relato feito por Erivan Hilário.

2001	2004	2008	2009
<p><b>Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE e Câmara de Educação Básica - CEB N°36:</b> Estabelece princípios e procedimentos para EdoC.</p>	<p><b>Decreto 5.159/2004</b> Institui a secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade - <b>SECAD</b>. Em 2011, passa a se chamar SECADI, pois incorpora a educação inclusiva.</p>	<p><b>Parecer CNE/CEB N° 03:</b> Reexamina o parecer N° 23/2007. Define o conceito da Escola do Campo e orientações para seu atendimento.</p>	<p><b>Lei Federal n° 11.946:</b> O programa de alimentação escolar Programa Dinheiro na Escola</p>
<p><b>2002</b></p> <p><b>Parecer CNE/CEB n° 01:</b> Institui as diretrizes operacionais</p>	<p><b>2006</b></p> <p><b>Parecer CNE/CEB N° 1:</b> Estabelece os dias letivos e a pedagogia da Alternância.</p> <p><b>Parecer CNE/CEB N° 23/2007</b> Não homologado</p>	<p><b>Parecer CNE/CEB n° 2:</b> Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para Educação Básica do campo, critério de nucleação e atendimento ao transporte e amplia a oferta da educação mais próxima possível da moradia dos estudantes.</p>	<p><b>Decreto Federal n° 6.755:</b> Institui a política Nacional Do magistério da Educação Básica, e o fomento de formação a programas de formação inicial e continuada</p> <p><b>Lei 11.947:</b> Institui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - <b>PRONERA</b></p>
			<p><b>2010</b></p> <p><b>Decreto Federal n° 7.352:</b> Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - <b>PRONERA</b></p> <p><b>Resolução CNE/CEB N°4:</b> Estabelece diretrizes curriculares nacionais gerais para Educação Básica.</p>

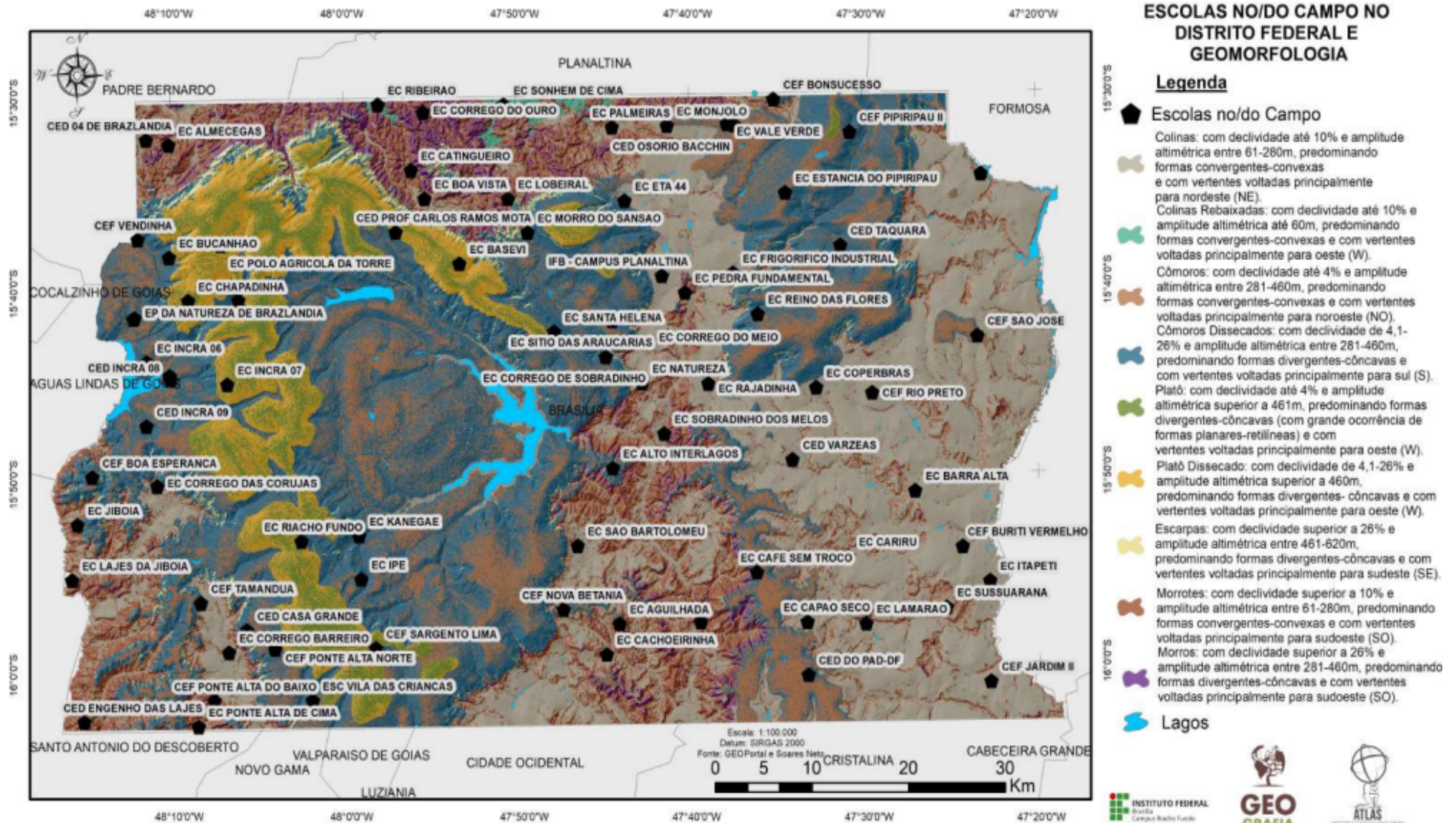
**Fonte:** Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2018.

Essas conquistas obtidas ajudaram a materializar e pautar a EdoC enquanto um direito e possibilita ao Estado, construir políticas públicas para sua oferta uma vez que os sujeitos do campo possuem “base sociohistórica e uma matriz cultural diferente”, isso demanda políticas públicas específicas (MOLINA, et al. 2008).

### 1.1 Entendendo a geomorfologia de Brasília a partir das Escolas no/do Campo

Brasília está localizada no Planalto Central, no Centro Oeste brasileiro, totalmente inserida no bioma Cerrado, “**berço das águas**” e possui uma rica biodiversidade (DISTRITO FEDERAL, 2020). Nos últimos anos com a expansão da especulação fundiária vem sendo uma região de bastante disputa territorial. Quando se trata da sua geomorfologia, encontramos 9 formas de classificação. Elas são: Colinas Rebaixadas, Colinas, Cômoros, Platô, Cômoros Dissecados, Platô Dissecado, Morretes, Morro e Escarpas. Sendo assim, as escolas no/do campo representadas na figura 1, nos permite entender a dinâmica da geomorfologia do Distrito Federal (SOARES, 2020).

Figura 1 — Geomorfologia e as Escolas no/do Campo no Distrito Federal



As escolas no/do campo se concentram em duas grandes regiões: oeste e leste do Distrito Federal. A oeste temos as RAs: Brazlândia, Ceilândia, Núcleo bandeirantes, Gama, Santa Maria e Samambaia juntas elas possuem 29 Escolas no/do Campo e leste encontramos as RAs: Paranoá, Planaltina, São Sebastião e Sobradinho com o total de 51 escolas. Na região a Oeste, como bem observado na figura 1, é uma região que apresenta relevos de **Colinas Rebaixadas**: esse relevo ocupa 0,36% do território equivalente a 18,9 km<sup>2</sup> do território do Distrito Federal, nas regiões de Brazlândia e uma parte de Planaltina, **Platô dissecado**: maior irregularidade topográfica com declividade de 4,1-26%, corresponde a 352 km<sup>2</sup>, sendo 6,2 da área, pode ser percebido nas regiões de Brazlândia, Planaltina, Samambaia, Gama, Paranoá e Lago Paranoá, **Morro**: presente em sua maior extensão em Brazlândia e Planaltina, elevado grau de dissecação, cobrindo uma área de 138,5 km<sup>2</sup>, **Colinas**: é o relevo com maior predominância, ocupando 30% e do território equivalente a 1.593Km<sup>2</sup>, maior incidências nas Regiões Administrativas de Planaltina, Paranoá e o centro do Gama, **Cômoros**: relevo levemente ondulado, representa 722 km<sup>2</sup> do território da capital equivalente a 13,9 %, presente na área central, Brazlândia, Planaltina, Paranoá e São Sebastião, **Platô dissecado**: declives moderados baixo, representa 1409 km<sup>2</sup> o que equivale a 27,1 da geomorfologia da capital, eles são encontrados nas bacias do Lago Paranoá, Planaltina, Paranoá e São Sebastião, **Morretes**: associado a área de grandes densidades de drenagem e com vales mais dissecados, com ocorrência principalmente em Brazlândia, Planaltina, Paranoá e São Sebastião e Samambaia (SOARES, 2022).

Brasília como citado acima “é o berço das águas”, ela possui 7 bacias hidrográficas. Nas regiões das bacias encontramos o **Platô**: que caracterizado por uma declividade de até 4%, eles definem os divisores de água da sub-bacia do Lago Paranoá e nas RAs Brazlândia e Planaltina, Samambaia e uma parte do Gama e Paranoá e as **Escarpas**: margeiam a parte do Platô dissecados elas são feições elevadas corresponde a 1,7% da geomorfologia do Distrito Federal, representando 90 km<sup>2</sup> (SOARES, 2022).

Essa classificação geomorfológica do DF desenvolvida por Soares (2022), ajuda a pensar as escolas no/do campo a partir dos lugares, das paisagens e dos territórios, em um samba geográfico irrigado por identidades, símbolos, apropriação da natureza e relações de poder. Visto que estes centros de ensino estão em disputa e suas territorialidades são potencializadas por estes elementos "desterritorializantes" no espaço.

Logo, diante da descrição acima, é tácito perceber por meio da localização a “periferização” das escolas. Vistas a partir de uma interpretação ingênua e tênue da paisagem “que é aquilo ao qual os olhos conseguem ver”, lugares rurais apropriados para filhos (as) de

agricultores (as). Porém, é interpretado aqui em uma ótica materialista dialética que o território é lugar de disputa e essas escolas foram vistas a décadas com “olhos vendados” pelo GDF, por isso sua periferização a partir do seu sítio, das suas estruturas, do corpo humano e essencialmente da sua posição de classe.

Essas escolas com todas suas contradições são frutos da organicidade dos movimentos sociais do campo que encampam a bandeira desse modelo pedagógico e o deslumbra enquanto elemento de um projeto de poder popular, que destoa da proposta educacional hierárquica e meritocrática padrão das escolas brasileiras. Visto que apesar da “periferização locacional”<sup>7</sup> desses centros de ensino, estes, se localizam em áreas rurais próximas de localidades que filhos (as) de trabalhadores (as)<sup>8</sup> que possuem vínculo com o campo residem.

Isso faz entender resquícios dessas resistências no que equivale à construção dessas escolas em locais ocupados por esses (as) trabalhadores, em maioria, distantes dos platôs planos com altitudes superiores a 1000 m direcionados para a urbanização e dominados pelos especuladores imobiliários. Mas sim, presentes em vales, declives, com danos à estrutura viária e distante dos serviços públicos básicos, porém territorializados com identidades e símbolos ligados a utopia de uma pedagogia de alternância e libertadora.

## **1.2 A produção agrícola no Distrito Federal - DF**

Quando se trata da questão agrícola em Brasília, esta começa a ser pensada com a finalidade de abastecer a população da cidade com a produção de alimentos a partir da transferência da Capital para o Centro Oeste. Sendo assim, foram incentivados dois grandes núcleos rurais: Vargem Bonita e Vargem da Bênção, iniciando a formação dos primeiros cinturões verdes (DISTRITO FEDERAL, 2021). Com o intenso processo de interiorização em meados dos anos de 1950, essa região passa a sofrer intensas transformações socioespaciais ao longo dos anos, pois essa transferência configurou uma ação - síntese do desenvolvimento da economia do Cerrado. Logo, a partir da década de 1980 com a expansão do modelo agrícola da revolução verde, o agronegócio<sup>9</sup> passa a se efetivar na região (SILVA, 2020).

---

<sup>7</sup> Este termo denota uma política histórica em Brasília de afastar trabalhadores (as) das proximidades das áreas centrais, independente do perfil, seja urbano ou rural.

<sup>8</sup> Aqui entende a classe trabalhadora residente no campo do DF de modo além da dicotomia campo-cidade. O que faz essa compreensão partir da ideia de “classe trabalhadora ampliada” de Thomaz Jr e Mendonça (2011), onde os (as) trabalhadores (as) deste território na luta para sobreviver, exercem em seu ciclo de vida variadas profissões e mobilidades, “ora camponês, ora operário”, traçando assim o perfil dos pais dos (as) estudantes que compõem essas escolas.

<sup>9</sup> Para Mançano, et al. (2008), o agronegócio é o nome do moderno para o modelo de desenvolvimento econômico agropecuário capitalista que tem sua origem no sistema Plantation, e grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação e exploração da terra e dos seres humanos para obtenção de lucro.

Atualmente, Brasília abrange uma área de 5.760,784 km<sup>2</sup>, segundo dados do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT<sup>10</sup>, ela está dividida em 3 grandes regiões: a macrozona rural<sup>11</sup> corresponde a 3.053,213 km<sup>2</sup>, ou seja, 53% do território é destinado à produção agropecuária, 11% em macrozona de proteção integral que corresponde há 633,68 km<sup>2</sup> e 36 % de área urbana com cerca de 2.073,88 km<sup>2</sup> (DISTRITO FEDERAL, 2021).

Segundo o censo agropecuário realizado em 2017, Brasília conta com 5240 estabelecimentos, estes estão divididos em estabelecimentos da agricultura familiar e agricultura não familiar, como pode ser observado na tabela 1.

**Tabela 1** — Estabelecimento Agropecuário no Distrito Federal

Ano	Estabelecimentos	Não Familiar	Agricultura Familiar
2017	5.240	2.513	2.727

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censo agropecuário 2017

A produção agrícola no Distrito Federal, é bastante diversificada e se concentra em oito Regiões Administrativas - RAs<sup>12</sup>, elas são: Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Sobradinho, Brazlândia, Ceilândia, Gama e Núcleo Bandeirante. Essa diversidade pode ser analisada na tabela 2.

**Tabela 2** — Produção agrícola no Distrito Federal em 2021

PRODUÇÃO	REGIÕES ADMINISTRATIVAS								
	Brazlândia	Ceilândia	Gama	Paranoá	Planaltina	São Sebastião	Sobradinho	Núcleo Bandeirante	Área
Grãos	9.656	4.923	22.7095	310.402	522.741	31.122	12.977	375	162095
Hortaliças	58.987	26.676	12.304	50.035	39.893	2.869	11.377	7.644,25	7.906
Frutas	13.695	2.163	1.364	1.569	11.263	1.043	2.763	646,36	1.422

**Fonte:** EMATER-DF, 2022.

Conforme dados da - EMATER- DF, na safra de 2021, a produção baseou-se em três grandes produções: Grãos responsável por 79%, hortaliças 18% e frutas 3%, em que podemos observar dois modelos antagônicos de produção agrícola: o agronegócio e a produção familiar. Se por um lado temos a produção de hortaliças e frutas, destaque para a Brazlândia,

<sup>10</sup> A lei Complementar nº 803/2009 definiu essa organização territorial do Distrito Federal.

<sup>11</sup> No Distrito Federal as áreas rurais estão sob responsabilidade da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF) e Superintendência de Patrimônio da União (SPU).

<sup>12</sup> Para facilitar a administração, o Distrito Federal foi dividido em Regiões Administrativas - RA's, com o intuito de descentralizar e melhorar a coordenação dos serviços públicos de natureza local. No total, são 33 RA's, cada uma com uma sede e um administrador indicado pelo Governador (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Paranoá e Planaltina<sup>13</sup>, em que juntas foram responsáveis pela produção de 148.917,14 toneladas de hortaliças e 24.958,73 toneladas de frutas. Do outro lado temos a produção de larga escala de grãos em Planaltina, Paranoá e São Sebastião, elas juntas são responsáveis pela produção de 864.267,26 toneladas de grãos na safra de 2021<sup>14</sup>.

Nesta parcela do espaço do campo brasileiro encontramos duas territorialidades bastante conflitantes, se por um lado temos a produção de alimentos, como é o caso de frutas e hortaliças, por outro temos uma produção de commodities<sup>15</sup> agrícolas. Nos últimos anos, o agronegócio, enquanto um modelo de produção vem ganhando espaço na capital, em 2020 a área produtiva de grãos era 128.354 hectares (ha), um ano depois essa produção chegou a 162.095 (ha) em uma variação de 26% de um ano para outro. A produção chegou a 761.805 toneladas (t) em 2020, chegando a 914.909 toneladas no ano seguinte, uma variação de 20%, conforme dados apresentados na tabela 3.

**Tabela 3** — Área e Produção de grãos no DF

Ano	Área (ha)	variação %	Produção	variação %
2020	128.354		761.805	
2021	162.095	26	914.909	20

Fonte: EMATER-DF, 2022.

No Distrito Federal, o uso de agrotóxicos é um dos grandes males da produção agrícola. Nos últimos anos, seu uso vem se intensificando, demonstrado por uma pesquisa recente realizada pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a qual aponta que cerca de 95% das áreas agrícolas do DF são plantações de soja e milho transgênicos, essa produção se concentra em duas RAs, Planaltina e Paranoá e consomem 11 milhões de litros de agrotóxico a cada safra (MARQUES, 2021).

A mesma pesquisa, aponta que há registros de contaminação da água e intoxicação dos agricultores por agrotóxicos no DF. Os principais sintomas relatados pelos trabalhadores foram distúrbios neurológicos, cefaleias, pruridos, náuseas, irritabilidades, eczemas, espasmos abdominais, dermatites, depressão, tremores, entre outros. No que se refere a contaminação dos corpos d'água foi registrado a presença de vários herbicidas na Bacia do Rio São Marcos

<sup>13</sup> Em Planaltina encontramos as duas realidades agrícolas materializadas, por um lado pequenos agricultores familiares e a presença forte do agronegócio.

<sup>14</sup> As escolas do/no campo tecem suas territorialidades em meio a esses dois modelos agrícolas, por isso, falar em Educação do/no Campo é falar de disputas ideológicas existentes nos territórios.

<sup>15</sup> São matérias primas, principalmente da agricultura e da mineração em larga escala, cujo objeto é a agroindustrialização, os preços desses produtos passam a ser determinados pelo mercado internacional.

e Rio Samambaia (FENNER, ALMEIDA, FRIEDRICH, MILHOMEM, 2022). Além da contaminação hídrica, os agrotóxicos promovem uma contaminação na atmosfera, dos solos (edáfica), das plantações, fauna e flora e dos ecossistemas que resultam em diversos e graves impactos ambientais (GUHUR, SILVA et al., 2021).

Ao contrário desse modelo, novas alternativas e práticas vêm sendo incorporadas ao cultivo de alimentos, podemos citar por exemplo a agroecologia. Esta é uma forma de produção que “valoriza a cultura dos territórios nas práticas e saberes em educação e saúde da população do campo”. É um “modo de vida” soberano, um respeito à relação homem natureza. Enquanto uma prática social é um “processo vivo de sistematização científico - cultural, ligada a uma transformação histórica da agricultura” ela se constitui como patrimônio da humanidade (GUHUR, SILVA et al., 2021; CALDART, 2021). Promover a agroecologia é promover resistência, não apenas contra a mercantilização dos bens comuns, mas lutar cotidianamente contra a desterritorialização dos camponeses e povos tradicionais e originários (2018, MICHELOTTI et al., apud GUHUR, SILVA et al., 2021, p. 67).

Na Educação no/do campo a agroecologia passa constituir sua concepção, pois as escolas têm esse papel transformador em um desafio de preparar todas as gerações de trabalhadores para a construção de uma agricultura que retorna sua raiz camponesa sem retroceder seu desenvolvimento e não incorporar no campo a ideologia “todos somos agro”, mas uma forma de construção e gestão das políticas públicas que fortaleçam os sujeitos coletivos em suas práticas (CALDART, 2019; CALDART, 2021).

Pensar a Educação no/do Campo é pensar uma nova matriz, onde abarca uma renovada forma, não de uma maneira mercadológica, ou “território do veneno”, mas o lugar da produção da vida e de alimentos saudáveis. A educação por ser tratar de um processo formativo dos sujeitos, ajuda na promoção do debate e na concepção de qual campo realmente queremos.

### ***1.2.1 Os sujeitos do campo no Distrito Federal***

Mas, afinal quem são os sujeitos do campo? Atualmente, segundo dados do Censo Agropecuário (2017), aproximadamente 21.791 sujeitos vivem no campo. Sendo assim, podemos afirmar que esse campo, tem gente e não apenas máquinas. Esses sujeitos necessitam de políticas públicas para sua produção material e imaterial nos territórios onde moram, entre elas: a educação. Segundo o último censo agropecuário, os sujeitos do campo

são: proprietários e co-proprietários de terra, arrendatários, assentados, parceiros, comodatários, entre outros, como mostra a tabela 4.

**Tabela 4** — Condição do produtor em relação às terras

<b>Condição do produtor em relação às terras</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>%</b>
Proprietário (a) Coproprietários(a) de terra titulada	3206	61%
Concessionário ou Assentamento	1360	26%
Arrendatário	372	7%
Parceiro(a)	104	2%
Comodatário	120	2%
Ocupante	78	1%
Produtor sem área	6	0,01%

**Fonte:** IBGE - Censo agropecuário, 2017.

Outro elemento presente no campo, mas não citado no censo, são os movimentos socioterritoriais. Em Brasília temos os seguintes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Movimento em Apoio aos Trabalhadores Rurais - MATR; Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Sem Terra - MBST; Frente Nacional de Luta - FNL; Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares - STTR/FETA - DF e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETRAF.

Os movimentos socioterritoriais são entendidos na geografia por “ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes de camadas sociais distintas, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política em um país, criando um campo político na sociedade civil” (1995, GOHN, apud CAMACHO, 2019). Eles passam a criar relações sociais identitárias com o movimento a qual produzem territórios, instrumento de luta e de transformação social, encabeçam essa nova forma de ver o campo não apenas como fonte de renda, mas algo essencial para sua existência (MANÇANO, 2005; HAESBAERT, 2020). Dito isto, os movimentos socioterritoriais vão construindo identidades e características próprias, uma cultura baseada em suas vivências, organizações e lutas a partir da realidade concreta em que estão inseridos e homenageando lutadores e lutadoras que deixaram um legado de vida a ser seguido. Inseridas nesse contexto, ao todo no DF, 971 famílias vivem em assentamentos e 2331 famílias acampadas, como pode ser percebido na tabela 5.

**Tabela 5** — Relação de Assentamentos e Acampamentos no Distrito Federal

ASSENTAMENTO			ACAMPAMENTO		
Nome	Nº famílias	Movimento	Nome	Nº famílias	Movimento
Estrela da Lua	83	MATR	18 de fevereiro	27	MST
Camapuã	19	STTR/FETA- DF	27 de Setembro	22	MST
1º de julho	60	STTR/FETA- DF	7 Estrelas	36	MATR
15 de Agosto	54	FETRAF	Betel	111	FETRAF
Santarém	29	STTR/FETA- DF	Carlos Mariguela	70	FNL
Patricia e Aparecida	24	FNL	Carlos Prestes(rajadinha)	250	FNL
Pinheiral	71	FNL	Cava Cima	27	STTR/FETA- DF
Oziel Alves	170	MST	Chê Guevara	260	FNL
Pequeno Willian	21	MST	Dandara	94	FNL
Márcia Cordeiro Leite	64	MATR	Deus é nossa força	124	FETRAF
Fazenda Larga	83	STTR/FETA- DF	Margarida Alves	140	FNL
Facinação	17	MATR	Monte Horebe	167	FETRAF
Roseli Nunes	29	MST	N. Rural Sobradinho II	25	MSL
8 de Março	29	MST	Nelson Mandela	200	FNL
Chapadinha	44	FETRAF	Noelton Angélico	140	MST
Canaã	65	MST	Por do Sol	90	MATR
Renascer Palmares	60	FNL	Renascer/Palmares	80	MATR
Doraty Stang	11	MST	Rodeio	134	FETRAF
Graziela Alves	10	MST	Rosa Luxemburgo	234	FNL
Gabriela Monteiro	21	MST	Terra Prometida	35	FETRAF
El Shaday	7	MST	Tiradentes	65	STTR/FETA- DF
<b>TOTAL DE FAMÍLIAS</b>	<b>971</b>		<b>TOTAL DE FAMÍLIAS</b>	<b>2331</b>	

Fonte: SEAGRI-DF, 2022, (Anexo A).

Além dos Movimentos socioterritoriais há presença dos povos indígenas, que segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN<sup>16</sup>, corresponde a 0,33% da população de Brasília, cerca de 9.862 pessoas e que correspondem aos indígenas Fulni-Ô, Kamuu Wapichana, Bororo, Kariri-xocó e Tuxá.

O campo da educação é bastante diverso, essa diversidade encontrada precisa se refletir nas escolas em suas práticas, a ser pensada para essa realidade vivenciada por esses sujeitos em busca de entender essa diversidade construída, suas lutas, organizações, gestos, linguagens e imagens que constroem novos valores culturais e políticos, responsáveis por formar novos sujeitos coletivos (CALDART, 2012).

Freitas, et al. nos diz que:

(...) a escola não pode desenvolver sua tarefa educativa apartada da vida, suas questões e contradições, seu movimento. Mas esta ligação entre escola e vida (trabalho, luta cultura, organização social, história) precisa de uma formulação pedagógica séria, para que os momentos de estudo não se reduzam a conversas sobre aspectos ou problemas da realidade, mas possam garantir efetiva apropriação de conhecimento necessário à construção de novas relações sociais e de relações desequilibradas entre o ser humano e a natureza (...) (2016, MST, apud FREITAS, 2017, p. 247).

<sup>16</sup> Em 2022, a CODEPLAN passa a ser o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal- IPEDF. A pesquisa está considerando a sigla da CODEPLAN, pois os dados da Pesquisa Distrital por Amostragem PDAD em 2021, foram divulgados pela instituição enquanto possuía o nome antigo.

Dessa forma, a EdoC não desvincula sua pedagogia ao dinamismo do campo em que estão inseridas, mas a partir dele, pois o campo da Educação no/do campo é entendido como o território dos povos do campo e das florestas, onde além de construir sua existência é o lugar de “efetivação da identidade territorial camponesa” (CAMACHO, 2019).

### 1.3 A Grilagem de terras<sup>17</sup> e a especulação imobiliária na Capital Federal

O campo é um território tido como multiescalar e multidimensional, mas sobretudo de disputas territoriais, pois ele expressa uma dimensão conflitante da realidade concreta própria da luta de classes, sempre em movimentos de expansão e espoliação, pois o capitalismo sempre busca novas formas de se reinventar para sua acumulação e expansão (ALEJANDRO, CHIUVA 2021; MANÇANO, 2005).

Em Brasília umas das formas de maior conflito territorial se expressa na grilagem de terras e na especulação imobiliária. Nos últimos anos, as RAs: São Sebastião, Brazlândia e Planaltina vêm sofrendo com essa prática. Essas regiões, como bem vimos anteriormente, são as grandes regiões agrícolas. Em 2022, foi deflagrada a *Operação Don Domínio*, na RA São Sebastião. Segundo reportagem figura 2, essa operação desarticulou três organizações criminosas que vinham atuando pelo menos desde 2021 na capital federal. O grupo construía barracos em terras públicas simulando moradias ou recrutando pessoas vulneráveis para realizar a invasão, além disso eles usavam armas de fogo para intimidar rivais e se valiam sobre servidores públicos para inibir fiscalização (VASCONCELOS, 2022).

**Figura 2** — Grilagem de terras em São Sebastião



Fonte: Metrôpoles, 2022.

Os criminosos montaram um cartório fantasma com objetivo de emissão de documentos, reconhecimento de firma e autenticação de documentos falsos. Eles usavam

<sup>17</sup> Grilagem de terras é a apropriação indevida de terras públicas, um ato criminoso que gera disputa territorial, concentração e segregação socioespacial.

laranjas e empresas fantasmas que tiveram lucros milionários e promoveram um esquema de lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio adquiridos ilicitamente. Os alvos da operação eram empresários, agiotas, advogados e agentes públicos vinculados à administração de São Sebastião (VASCONCELOS, 2022).

Além dessa operação, em um ato político organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST e entidades, como ilustra a figura 3, em defesa do acampamento Noelton Angélico que vem resistindo contra ações de despejos, nessa área moram cerca de 150 famílias que vêm produzindo alimentos. O ato também reivindicou a retomada de novos assentamentos e a denúncia do avanço da grilagem de terras públicas na RA de Brazlândia (QUINTINO, 2022).

**Figura 3** — Grilagem de terras em Brazlândia

### **Famílias de acampamento em Brazlândia (DF) realizam ato para denunciar grilagem**

Ato político reuniu representantes de movimentos e entidades sindicais em defesa da reforma agrária

**Fonte:** Brasil de fato, 2022.

Em maio de 2022, o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra ocupou uma área na região em Planaltina conforme mostra figura 4, com o objetivo de denunciar a crescente prática de especulação imobiliária por parte dos grileiros que invadiram terras públicas e ficaram à espera da regularização na região e da retomada da criação de novos assentamentos em Brasília (QUINTINO, 2022).

**Figura 4** — Grilagem de terras em Planaltina

### **DF: MST denuncia ataque de grileiros em ocupação na região de Planaltina**

A área foi bloqueada impedindo o acesso a alimentos e água

**Fonte:** Brasil de fato, 2022.

Em nota veiculada na reportagem, o MST ressalta que a grilagem de terras além de usar o solo de uma maneira irregular é um problema histórico no Distrito Federal, ligado, principalmente à falta de planejamento por parte do governo, pois a política de regularização fundiária não segue procedimentos bem definidos (QUINTINO, 2022). Isso somado a

infiltração de agentes políticos dentro do GDF que atuam de modo a facilitar a grilagem em busca de poder, dinheiro e capilaridade política.

Não é apenas a grilagem que desperta os conflitos de terra no campo na capital. É importante ressaltar que esta é ligada diretamente à especulação imobiliária urbana, que avança em áreas consideradas agrícolas. São dois processos que não são neutros, um é o rearranjo espacial de grande desigualdade, como nos lembra Lobato (1993), “essas ações geram grandes processos de reorganização espacial que incorpora novas áreas ao espaço urbano, como densificação do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudanças coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade”.

O avanço da especulação imobiliária na capital promoveu a desterritorialização das tribos indígenas: Guajajara, Fulni-Ô, Kamuu Wapichana, Bororo, Kariri-xocó e Tuxá que foram obrigadas a saírem dos seus territórios para a construção de um bairro para classes abastadas, o Setor Noroeste, pois como diz a própria liderança Guajajara: “Quando a gente não vende, morre. O branco é assim: ou compra o índio ou manda matar” (SAMPAIO, 2017).

Em 2019, os povos indígenas Kariri-Xocó e Tuxá assinaram um termo de compromisso, as terras pertencentes aos indígenas passaram a TERRACAP e a União, que por sua vez 14 hectares, nas mediações do próprio bairro, foram destinados a construção da Reserva indígena Kariri - Xocó e Tuxá Bananal DF que será administrada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI (TERRACAP, 2019). Uma grande violência cometida com os povos indígenas, pois eles têm uma relação forte com seus territórios, inclusive de cunho espiritual, encarada como espaço da vida, enquanto base indispensável para sua existência pois carregam em si identidades e elos expressados em territorialidades (1996, HAESBAERT, apud HAESBAERT, 2004; HAESBAERT, 2021).

Desse modo, esses dois processos impactam diretamente a EdoC, pois forçam o ato violento da desterritorialização dos sujeitos do campo, pois o capital para seguir sua essência precisa destruir outros territórios, neste caso debatido, dos camponeses e dos povos indígenas. Estas, áreas que até então eram ocupadas por esses povos, vão se integrando enquanto urbanas, em uma lógica desigual e de alta concentração fundiária. Ao mesmo tempo as escolas no/do Campo se mostram como instrumentos de luta e resistência contra a territorialização do capital no campo (2017, CAMACHO, apud CAMACHO, 2019, p. 43).

#### **1.4 A Educação no/do Campo no Distrito Federal - DF**

No Distrito Federal, a Educação no/do Campo - EdoC é vista como uma política que atende a população que produz suas condições materiais de existência a partir do campo e das florestas. São elas: agricultores (as) familiares, extrativistas, pescadores (as) artesanais, ribeirinhos (as), assentados (as) e acampados (as) da reforma agrária, trabalhadores (as) assalariados (as) rurais, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ciganos (as), caiçaras, caboclos (as) e povos das florestas. Está sob responsabilidade da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade, esta, autarquia da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal - SEEDF responsável por orientar, acompanhar e avaliar a implantação de políticas, diretrizes específicas, programas e ações da Educação do Campo na Rede Pública de Ensino (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Embora a Educação no/do Campo tenha seus Marcos Normativos Nacionais datados em 2001, como visto no quadro 1, a SEEDF passa a consolidar estes a partir de 2012, com o Currículo em Movimento<sup>18</sup>, o Plano Distrital de Educação - PDE, o regimento escolar com suas diretrizes, princípios e procedimentos. Esses marcos contribuíram para garantir o direito a uma pedagogia que dialogue com a realidade vivenciada dos sujeitos do campo, eles são verificados no quadro 2.

**Quadro 2** — Marcos Normativos Distritais para a Educação no/do Campo

2012	2015	2018
<p><b>Currículo em Movimento para a Educação Básica do Distrito Federal:</b> A Educação do Campo aparece como uma modalidade de ensino.</p>	<p><b>Plano Distrital de Educação - PDE:</b> Em sua 8ª Meta, dispõe de 42 estratégias ligadas à Educação do Campo.</p> <p><b>Regimento escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal:</b> A Educação do Campo passa a ser uma modalidade de ensino.</p>	<p><b>Portaria SEEDF Nº 419/2018:</b> Diretrizes, operacionais, princípios e procedimentos para Educação do Campo no Distrito Federal.</p> <p><b>Resolução Nº1/2018 - Conselho de Educação do Distrito Federal-CEDF:</b> Estabelece normas para a Educação Básica no Distrito Federal.</p>

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2018.

Em 2018, a Portaria 419/2018- SEEDF, foi uma grande conquista na efetivação da Educação do Campo na capital, pois além de fixar as Diretrizes Operacionais, princípios e procedimentos da Educação no/do Campo no Distrito Federal, alinhou políticas públicas, voltadas para a população do campo aos Marcos Normativos Federais e Distritais para a Educação do Campo (DISTRITO FEDERAL, 2019).

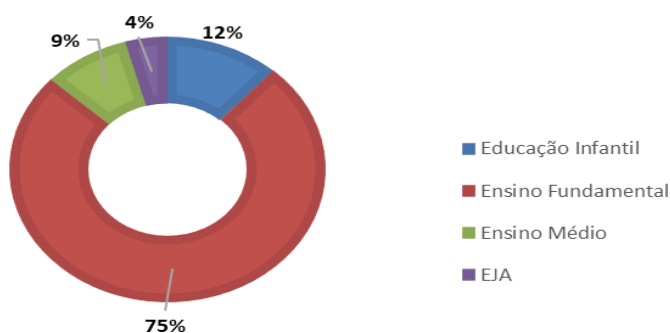
<sup>18</sup> O Currículo em Movimento é um documento normativo que orienta a Educação Básica no DF.

Por isso, a Educação no/do Campo em lei passa a efetivar a participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo reconhecendo assim suas diferentes formas de organização, desenvolvimento pedagógico e curricular a partir de sua vinculação às matrizes formativas da população do campo com a Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivência de Opressão, Conhecimento Popular, Organização Coletiva e na Organização Pedagógica pautada no trabalho como princípio educativo ligada ao conteúdo escolar com a vida na formação para a coletividade, por meio de processos democráticos, participativos, e na alternância como princípio e método (DISTRITO FEDERAL, 2018).

#### ***1.4.1 As Escolas no/do Campo no Distrito Federal***

Segundo o Censo Escolar 2021 do Distrito Federal, apresentou 80 escolas no/do campo totalizando 24458 estudantes, distribuídos em 6 modalidades de ensino: Ensino Infantil - correspondendo Creche/Pré-escola, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos - EJA (segmentos 1º ao 3º) e Educação Profissional Integrada e o Ensino Especial. Estes, presentes em 10 das 14 Coordenações Regionais de Ensino - CREs<sup>19</sup>, como pode ser observado no gráfico 1, abaixo.

**Gráfico 1** — Distribuição percentual dos estudantes por modalidade de ensino<sup>20</sup>



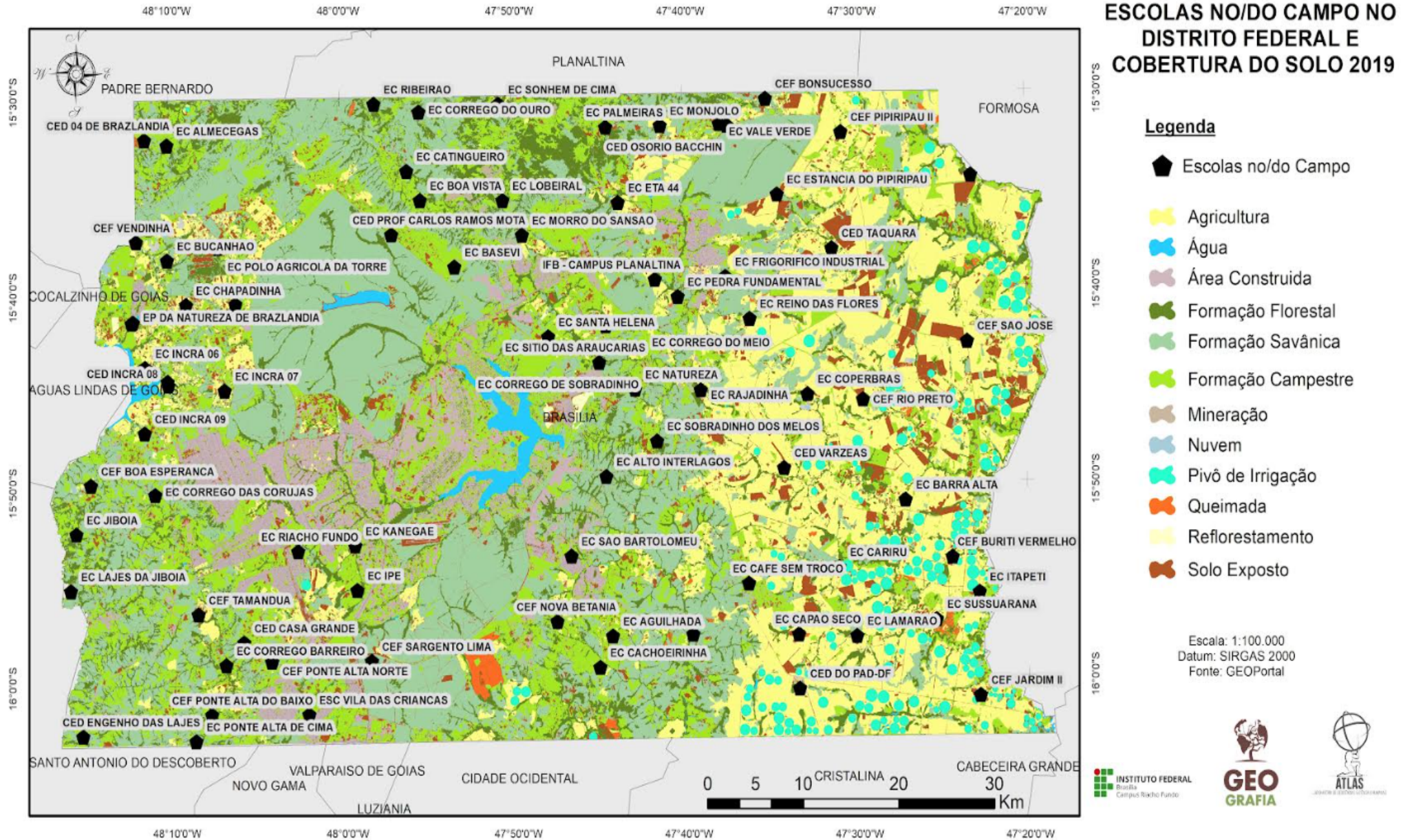
**Fonte:** DISTRITO FEDERAL, 2021.

O Ensino Fundamental é a modalidade que mais tem estudantes seguidos pela educação infantil. Ao sobrepôr às escolas no/do campo e a cobertura do solo do Distrito Federal, apresentado na figura 5, vamos perceber que elas estão localizadas nas RAs que são produtoras agrícolas.

<sup>19</sup> De acordo com a SEEDF, as CREs é a forma como a secretaria organiza toda rede pública de educação, ao todo são 14 regionais sendo elas: Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga.

<sup>20</sup> O Ensino Especial tem apenas 29 estudantes, o que corresponde a 0,1% do total dos (as) estudantes, por isso ele não está presente no gráfico.

Figura 5 — As escolas no/do Campo e a agricultura no Distrito Federal



Como citado anteriormente, a leste do mapa é onde mais se concentram escolas no/do campo, ao todo são 51. O destaque maior está na RA Planaltina, além de ser a maior produtora agrícola como pode ser analisado na figura 3, existem 20 escolas no/do campo. A Oeste 29 escolas, destaque para Brazlândia a RA que mais produz hortaliças no Distrito Federal.

Um aspecto a ser considerado no Distrito Federal é a sua proximidade com a cidade (mesmo sendo minoria), algumas escolas do campo estão em territórios tido como urbanos, mas com critérios pedagógicos estabelecidos a educação no/do campo, como: atender a populações do campo e prever em seu Projeto Político Pedagógico PPP, a articulação entre a proposta pedagógica da escola com as matrizes do campo (DISTRITO FEDERAL, 2018). Embora exista essa relação, é preciso entender que o campo não é a “cidade amanhã”, campo e a cidade exercem relações diferenciadas no que tange, a sua relação com a vida e a relação do trabalho, no entanto diretamente ligados.

A ligação territorial que as escolas no/do campo exercem demanda uma proposta didática a qual reconhece os elementos educativos presentes nos territórios camponeses para “inventariar a realidade do entorno da escola”, tendo a comunidade e os estudantes como protagonistas desse processo (DISTRITO FEDERAL, 2018). Dessa forma, no DF existe a construção de Inventário Social, Histórico e Cultural, uma ferramenta pedagógica para pensar a escola enquanto um processo formativo emancipador e na construção da identidade territorial conectando a escola à vida (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Além do Inventário Social como uma forma de construção da identidade dos sujeitos do campo no Distrito Federal, no dia 17 de abril<sup>21</sup>, é comemorado o “Dia do Campo”, uma iniciativa da SEEDF de fazer um mês dedicado para se pensar pedagogicamente as escolas no/do campo.

Posto isto, podemos perceber que as escolas no/no campo se materializam em territórios onde a agricultura é o meio de produção da vida em uma relação dialética, onde o campo se constrói com a escola e a escola com o campo, pois o campo é o lugar da vida, de uma maneira harmoniosa e conflitante.

---

<sup>21</sup> Em memória aos dezenove trabalhadores rurais que foram assassinados em Eldorado dos Carajás - Pará. O massacre ocorreu no dia 17 de abril de 1996.

## **CAPÍTULO 2 - O PROJETO DE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL**

“Paz sem voz, não é paz é medo”.  
**(O Rappa)**

De contramão ao projeto das Escolas no/do Campo em 2019, a SEEDF juntamente com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal SSP/DF, lançaram uma Portaria Conjunta nº 01 de 31 de janeiro 2019, referente ao projeto de Gestão Compartilhada das Escolas Civil Militares - EGCS, destinadas a estudantes do ensino fundamental e médio. Essa ação entre as secretarias “visou proporcionar uma educação de qualidade, bem como promover a cultura da paz e o pleno exercício da cidadania”. Para sua implementação são levados os seguintes indicadores: Índice de desenvolvimento da Educação Básica - IDEB; Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Mapa da violência realizado pela Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

Em setembro do mesmo ano, a Portaria nº 01 do Distrito Federal, foi revogada, passando a vigorar a portaria nº 9, com esta os Colégios Cívico Militares passaram a ser Unidades Escolares - UEs, assim o projeto passa a ter um Comitê Gestor<sup>22</sup> e o com o ingresso de novas escolas aos projetos. A inserção de novos colégios segue o Indicador de Vulnerabilidade Escolar - IVE do GDF. O IVE, passa a ser uma exigência para o ingresso de novas escolas ao projeto, o mesmo deverá ser apresentado para subsidiar a escolha das escolas que ingressarem ao projeto no ano subsequente, sendo a avaliação feita pelo Comitê Gestor (DISTRITO FEDERAL, 2019b). No decorrente ano, a Portaria nº 11, passou a vigorar o manual do aluno do regimento escolar, do regulamento disciplinar, da regulamentação sobre os uniformes, do plano operacional e do manual específico para as escolas que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM.

No mesmo ano, o Ministério da Educação - MEC em parceria com o Ministério da Defesa, lançam o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM<sup>23</sup> por meio do decreto nº 10.004/2019 para estudantes do ensino fundamental e médio. O PECIM tem como princípios e finalidade "Promover melhorias na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no médio, o fortalecimento de valores humanos e cívicos". Conforme site do MEC, a proposta é implementar 216 Escolas Cívico Militar - ECIM em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano. As escolas podem aderir ao projeto mediante alguns critérios conforme

---

<sup>22</sup> O Comitê é composto por dois representantes da SEEDF, dois representantes da SSP/DF com lotação nas Unidades Escolares (UEs), um representante da PMDF e um da CMBDF, que realizará a gestão estratégica das escolas da CCMDF, havendo alternância bianual na presidência (DISTRITO FEDERAL, 2019b).

<sup>23</sup> O trabalho irá focar apenas nas escolas públicas do Distrito Federal.

constam no site do MEC: Escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no IDEB; escolas localizadas na capital do estado ou na respectiva região metropolitana; escolas que ofereçam as etapas do Ensino Fundamental II e/ou médio, preferencialmente, atenda de 500 a 1000 alunos nos dois turnos e a escola que possua a aprovação da comunidade escolar para a implementação do modelo. Nos estados que não houver adesão, serão selecionados municípios voluntários para aderirem ao programa.

O projeto se baseia em valores como: Civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito, pautado em princípios de igualdade, liberdade, respeito às diferenças individuais, valorização dos profissionais, gestão democrática e educação integrada com a participação ativa da família (BRASIL, 2022). Segundo os documentos que as legitimam, os militares ficam responsáveis pela entrada dos estudantes, controle dos pátios, corredores e filas onde desenvolvem junto aos estudantes os conceitos de ética, cidadania, arte, esportes e musicalização.

Desse modo, embora os projetos tenham escalas diferentes, um a nível Distrital como é o caso do projeto dos colégios - EGCS e o outro a nível Federal - as PECIM, ambos passam a compartilhar os mesmos objetivos<sup>24</sup>. Isto é - uma educação básica de qualidade, promover melhorias das estruturas das escolas, colaborar com a formação humana e cívica do cidadão, contribuir para a redução dos índices de violência, evasão, repetência e abandono escolar, contribuir para melhoria dos IDEBs, não havendo cobrança para o ingresso (DISTRITO FEDERAL, 2019b; BRASIL, 2021).

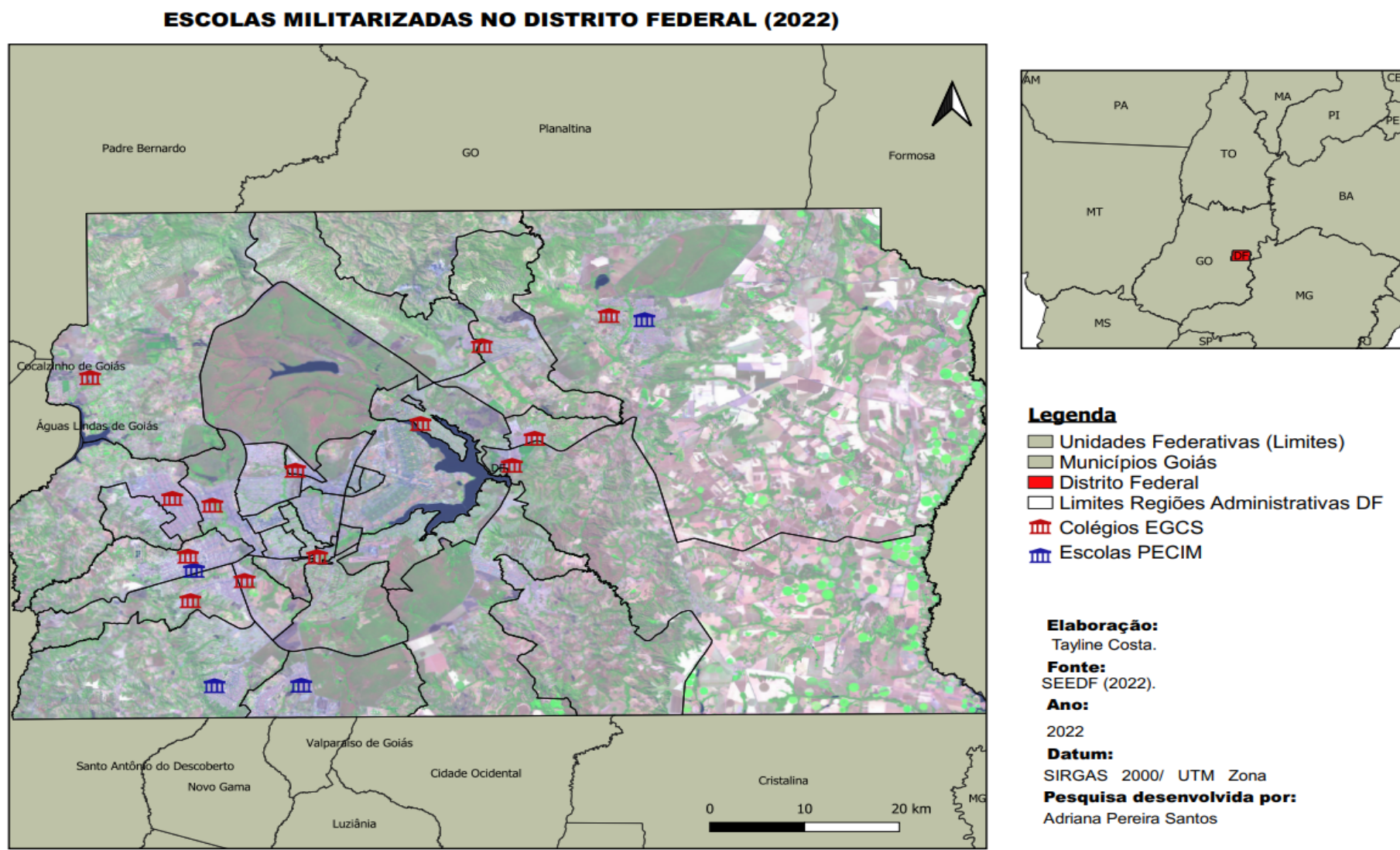
Ainda que os dois projetos estejam com nomes eufemísticos, EGCS e PECIM são modelos entendidos como “Militarização das Escolas”. Isto não é algo novo no imaginário da população brasileira, de “tempos em tempos” vão se criando novas roupagens e forças, mas com os mesmos discursos, como no jargão - “militarização é a solução” com a justificativa de combater a violência, onde se elege a juventude como culpados e vilões da insegurança vivenciada no ambiente escolar.

Ao todo 17 escolas aderiram ao projeto no DF e estão espalhadas em 14 das 33 RAs, uma cobertura de 22.193 estudantes. Dessas escolas, 13 adotaram a EGCS e passaram a se chamar Colégio Cívico- Militar do Distrito Federal - CCMDF, 4 o PECIM e passaram a se chamar Escolas Cívico- Militares - ECIM. A figura 6, nos ajuda a perceber como essas escolas estão localizadas espacialmente no Distrito Federal.

---

<sup>24</sup> É preciso apontar que a aliança política do Presidente Bolsonaro (BR) e do Governador Ibaneis (DF) é a condição central para a implementação. Pois, ambos comungam da mesma posição político-ideológica no que se refere a pedagogia da militarização das escolas debatida em parte nessa pesquisa.

Figura 6 — Os colégios EGCS e as escolas PECIM no Distrito Federal



A maioria das escolas que iniciaram o projeto estão localizadas na região a oeste do mapa, que corresponde às RAs: Estrutural, Ceilândia, Recanto das Emas, Samambaia, Brazlândia, Taguatinga, Riacho Fundo II, Núcleo Bandeirante e o Gama, ao todo totalizando 14.103 estudantes. A leste do Mapa temos as RAs: Sobradinho, Planaltina, Lago Norte, Itapoã e Paranoá com cinco escolas, totalizando 8.090 alunos (as).

A sobreposição da espacialização de ambas as escolas (no/do campo e militarizadas), expressa as condições de opressão dessa lógica abissal que é a estrutura de classes no Brasil e conseqüentemente em sua capital. Opressão no que condiz a posição classista do estado frente aos filhos (as) dos (as) trabalhadores (as) migrantes e periféricos, vista a não priorização de um modelo pedagógico voltado aos sujeitos (as) do chão da escola e por optar por uma proposta serviçal a ordem econômica e militar (im)posta em uma posição de formação de consciências que protagoniza em obedecer a condição social construída e não o seu entendimento e a licença de superação.

Isso é tácito a partir do momento que estas escolas se apresentam em áreas periféricas, ocupadas por jovens de baixa renda, pretos (as) e pardos (as), nordestinos (as) e descendentes, deixando nua a estrutura educacional proposta, defendida, implementada e vinculada às questões estruturais mais abruptas presentes na sociedade brasileira no que se refere a renda, a região e a cor da pele/étnico-racial. Condição central para se entender o principal mal que fere esses centros de ensino que é a alta taxa de evasão e a vulnerabilidade social desses (as) jovens que são direcionados (às) sistematicamente para fora da escola.

## **2.1 As Escolas ECIMs**

O PECIM, é um Programa Nacional das escolas Cívico militares, ao todo o programa está presente em 25 Estados e no Distrito Federal. O Programa Federal de Militarização das Escolas é destinado à educação básica nas partes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, onde propagandeia uma “educação de excelência” por meio de uma gestão nas áreas: educacional, didático-pedagógica e administrativa. Contarão com apoio do MEC, na área técnica e financeira através da Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militar- DECIM, que por sua vez é responsável por implementar, avaliar e certificar as escolas que aderirem ao projeto (BRASIL, 2022; BRASIL, 2021).

No Distrito Federal, quatro escolas aderiram ao programa, somando 4.057 estudantes matriculados, como pode ser observado no quadro 3. Estas passaram a se chamar Escolas Cívico- Militares - ECIM.

**Quadro 3** — Número de escolas, quantidade de alunos (as) do PECIM

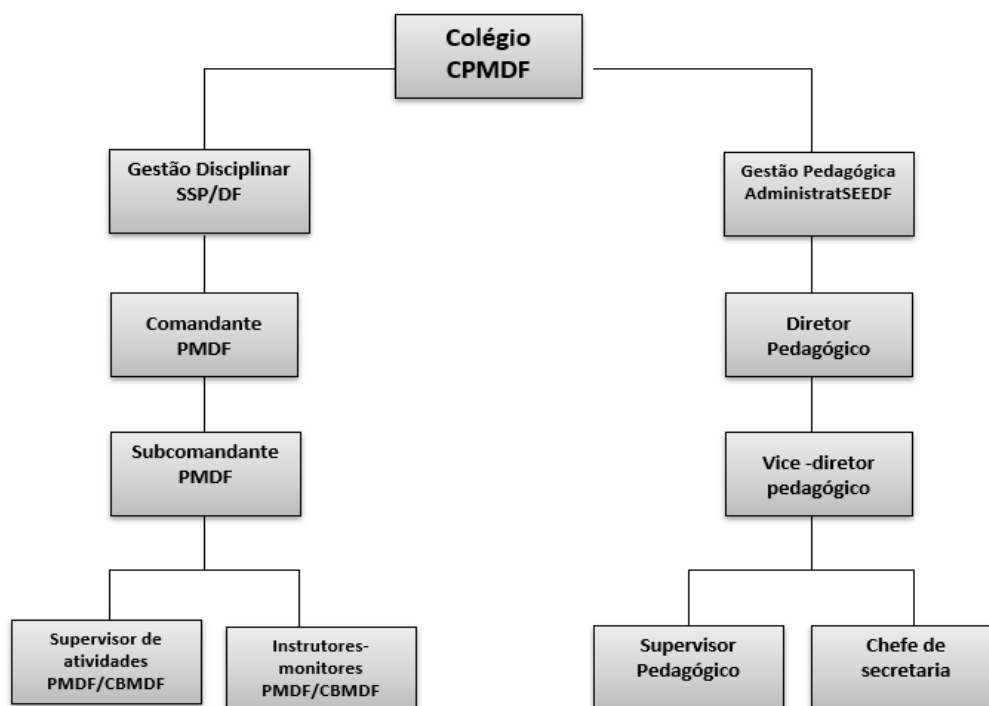
RA	Escola	Passam a ser chamadas	Nº de Alunos	Turmas
Planaltina	CEF 04	Escolas Cívico-Militar- CEF 04	1600	6º ao 9º ano Fundamental II e EJA
Samambaia	CEF 507	Escolas Cívico-Militar- CEF 507	977	6º ao 9º ano Ensino Fundamental II
Santa Maria	CED 416	Escolas Cívico-Militar - CED 416	900	6º ao 9º ano e Ensino Médio
Gama	CEF 5	Escolas Cívico-Militar- CEF 5	580	6º ao 9º ano Ensino Fundamental II
<b>Total de Escolas: 4</b>			<b>Total de Alunos(as)</b>	<b>4.057</b>

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2022

Elas passaram a adotar as diretrizes das Escolas Cívico-Militares que passou a estabelecer normas e princípios que possibilitam a execução do projeto nas unidades escolares das redes estaduais, municipais e distritais do Brasil. Estas se enquadram nas seguintes partes do manual divulgado: 1º - Norteadores das ações das ECIM; 2º Planejamento estratégico e seus marcos desejados, atuais e estratégicos; 3º Monitoramento e a certificação das escolas (BRASIL, 2021).

### 2.1.1 Os colégios CCMDf

Os colégios CCMDf, são as escolas que aderiram ao projeto das EGCS, passaram por algumas mudanças estruturais e em sua organização. Nestas unidades existem ações conjuntas entre a SSPDF e a SEEDF. Visto que a SEEDF, fica responsável pela gestão pedagógica, administrativa e estratégica das escolas continua a cargo dos diretores, coordenadores, orientadores e professores e a SSPDF responsável em desenvolver ações voltadas ao policiamento comunitário e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar e pela Gestão Disciplinar Cidadã. Os Militares ficam responsáveis pela entrada e saída da escola, além da segurança, controle dos pátios, corredores e filas. Essa estrutura educacional pode ser observada na figura 7 (DISTRITO FEDERAL, 2021b).

**Figura 7** — Estrutura das escolas CCMD<sup>25</sup>

Fonte: Portaria n° 22 de fevereiro de 2022.

É um modelo de gestão que possui uma estrutura organizativa hierárquica e rígida e está presente em 13 colégios, totalizando 18.136 alunos(as), 3 escolas de ensino Médio e 10 Ensino Fundamental II, como pode ser observado no quadro 4.

**Quadro 4** — Número de escolas, quantidade de alunos (as) e a denominação de cada colégio CCMD

RA	Escolas	Passam a ser chamadas	Alunos	Turmas
Sobradinho	CED <sup>26</sup> 03	Colégio Cívico-Militar CED 03 de Sobradinho	1700	6° ao 9° ano Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Especial
Estrutural	CED 01	Colégio Cívico-Militar CED 01	1800	4° ao 7° ano Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos - EJA (3° segmento)
Ceilândia	CED 07	Colégio Cívico-Militar CED 07	2500	8° e 9° ano Ensino Fundamental, Ensino Médio, ensino especial (TI/TGD), EJA interventiva (1° e 2° segmento) EJA (2° e 3° segmento)

<sup>25</sup> Conforme a Portaria n° 9, as escolas também terão acrescida seu nome original. Eles passam a ser chamados de Colégio Cívico- Militar do Distrito Federal - CCMD.

<sup>26</sup> CED nomenclatura utilizada no Distrito Federal para referenciar os Centros Educacionais.

<b>RAs</b>	<b>Escolas</b>	<b>Passam a ser chamadas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Turmas</b>
Recanto das Emas	CED 308	Colégio Cívico-Militar CED 308	956	6º ao 9º ano Fundamental
Planaltina	CED Condomínio Estância III	Colégio Cívico-Militar CED Condomínio Estância III	1530	6º ao 8º ano, ensino médio, EJA (2º e 3º segmentos)
Samambaia	CEF <sup>27</sup> 407	Colégio Cívico-Militar CEF 407	961	6º ao 9º ano Ensino Fundamental
Brazlândia	CED 02	Colégio Cívico-Militar CED 02	1160	5º ao 9º ano e EJA
Paranoá	CEF 1	Colégio Cívico-Militar CEF 1	1300	5º ao 9º ano Ensino Fundamental
Itapoã	CED 01	Colégio Cívico-Militar CED 01	1120	6º ao 9º ano Fundamental e Ensino Médio
Riacho Fundo II	CEF 01	Colégio Cívico-Militar CEF 01	2680	6º ao 9º ano, EJA (1º, 2º e 3º segmentos)
Taguatinga	CEF 19	Colégio Cívico-Militar CEF 19	658	6º ao 9º ano Ensino Fundamental
Núcleo Bandeirante	CEF 01	Colégio Cívico-Militar CEF 01	931	6º ao 9º ano Ensino Fundamental
Lago Norte	CEF 01	Colégio Cívico-Militar CEF 01	840	6º ao 9º ano Ensino Fundamental
	<b>Escolas</b>	<b>13</b>	<b>Alunos(as)</b>	<b>18.136</b>

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2022.

Eles passam a adotar o manual do aluno, plano operacional, regulamento disciplinar e um regimento interno, com a finalidade de orientar, guiar e regulamentar normas e procedimentos dos alunos. Tais documentos embora sejam encarados como “instrumento de caráter educativo e de promoção da convivência escolar a serviço da formação integral do aluno de maneira justa”, também passam a moldar padrões de comportamento e identidades dos estudantes (DISTRITO FEDERAL, 2019c).

Os colégios impõem regras quanto aos ordenamentos capilares, uso de objetos e elementos de estética. Os meninos devem usar cabelos curtos, mas não é permitido cortes raspados, pinturas coloridas, topetes ou desenhos ou marcações a máquinas, barba e bigodes

<sup>27</sup> CEF é a nomenclatura utilizada no Distrito Federal para referenciar as escolas de Ensino Fundamental.

não são permitidos, exceto por algum problema dermatológico, atestado por médicos e devidamente autorizados pelo Comandante Disciplinar<sup>28</sup>. Se tratando das alunas, é permitido cabelos soltos apenas se forem curtos. Cabelos médios e grandes precisam ser usados sempre presos, em coque, rabo de cavalo ou trança. Desde que discreto, as alunas podem usar brincos, um em cada orelha. Maquiagens e batons, devem ser todos de maneira discreta, não sendo permitido o uso de brincos grandes, argolas, piercing, alargadores, colares, bonés e capuz (DISTRITO FEDERAL, 2019c).

De modo contrário, se entende que a escola é o lugar da diversidade, para tanto, modelos rígidos têm um impacto direto na construção da identidade e no desenvolvimento das crianças e adolescentes que passam a se subordinar a esse tipo de regras. Certas regras rígidas nos fazem pensar: Qual identidade se constrói nesses colégios e quais intenções estão por trás disso? Esses colégios refletem o diverso?

É nesse contexto que se concorda com Arroyo (2019), quando diz:

Uma das formas das crianças e adolescentes se afirmarem é por meio de seus corpos. (...) não temos corpos, somos corpos. Trazemos nele a marca do nosso tempo, o corpo é a marca de cada tempo, da identidade. (...) quando um menino usa boné, ou quando meninos e meninas optam por usar um adereço ou até um corte de cabelo eles estão simbolizando suas identidades, os corpos passam a ser a afirmação de identidade (...) E aí vem a escola militar e diz: basta! Não existe cabelo, corpo, nada. Isso é terrível, porque não reconhece as mudanças e as lutas que se acumulam na infância, adolescência e juventude.

Logo, precisa-se compreender os corpos enquanto elemento criador de espaços e das relações sociais, pois, ele “(re-)cria relações de poder”, por isso é um território que pode-se exercer uma dominação e controle. Em razão disso, os "indivíduos corpos" são controlados enquanto território de dominação, onde se busca a sua não identidade, inferiorização e criminalização. Consequentemente, esse modelo escolar deixa de ser o lugar do diverso e passa a ser de fato imagens e semelhanças de um quartel com suas ordens, doutrinação e abusos de compreensão a uniformidade e o exercício da padronização forçada. Este, um modelo que tem como objetivo o controle social sob a forma de adestramento e imposição dos corpos sobre a ação de poder sobre eles, enquadrados com normas e regras que devem transparecer ideologicamente para o domínio essencial da pedagogia capitalista de sociedade (MONDARDO, 2009; CALDART, 2015; CAETANO E VIEGAS, 2016). Não é à toa que as RA's, onde as classes mais paupérrimas residem, são justamente as que mais possuem escolas

---

<sup>28</sup> O manual do aluno questões ligadas à identidade podem ser admitidas por decisão da Equipe Gestora.

militarizadas e com projetos de militarização. Transparecendo também o seguimento da ordem pedagógica da periferia obedecer e da elite dominar.

Os alunos (as) acabam a se submeter a essa imposição para ter uma ilusória “educação de excelência”, pois já sofreram tanto com a violência social imposta. Isso é dito por saber que quem não se adapta a esse novo modelo de educação é pedido para se retirar<sup>29</sup> e procurar outra escola, pois o direito à educação é, mais uma vez, a escola que tinha que precisar criar mecanismos de inclusão, porém acaba excluindo.

Na contramão desse processo, a Educação no/do Campo, por sua vez, exerce outra finalidade social: suas escolas são pensadas como um ambiente educativo das relações sociais que compõem o dia a dia da escola na relação com seu entorno, vistos como território de disputa ideológica. Esses centros de ensino contribuem no cultivo de relações sociais de igualdade, de participação democrática, de respeito à diversidade e tratamento multidimensional da vida (CALDART, 2020).

## **2.2 A militarização das escolas: uma política de criminalização da juventude no DF**

A militarização das escolas começou a ser incorporada no Distrito Federal, como parte do programa “SOS Segurança” algumas escolas das RAs: Estrutural, Ceilândia, Recanto das Emas e Sobradinho receberam o projeto piloto de formação de estudantes pela Polícia Militar. Esse projeto de educação não era defendido pelo Governador eleito em 2018, Ibaneis Rocha, mas foi umas das primeiras portarias assinadas por ele. A portaria foi publicada sem consultar a comunidade escolar e gerou bastante indignação, principalmente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal - SINPRO -DF (CORRÊA, 2019).

As RAs escolhidas para a incorporação do projeto, foram: Planaltina, Samambaia, Gama, Sobradinho, Estrutural, Ceilândia, Recanto das Emas, Brazlândia, Paranoá, Itapoã, Riacho Fundo II, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Santa Maria e Lago Norte.

Ao analisar os indicadores da violência disponibilizados pela SSP/DF entre 2019 e 2022<sup>30</sup>, das RAs com escolas militarizadas presentes na tabela 8, percebe-se que estas têm grandes taxas de criminalidade, com decréscimos nesse intervalo de tempo nas taxas dos seguintes crimes: homicídios, roubos, tráfico de drogas e o uso e porte de drogas. Esse

---

<sup>29</sup> Os Estudantes e professores que não se adaptarem ao projeto terão garantido o direito de transferência conforme portaria conjunta nº 09, Distrito Federal – DF, 2019.

<sup>30</sup> Os dados de 2022 foram disponibilizados até o dia 16 de novembro de 2022.

decréscimo pode ser reflexo da pandemia de Covid-19 e não por ter uma política voltada ao combate à criminalidade no Distrito Federal.

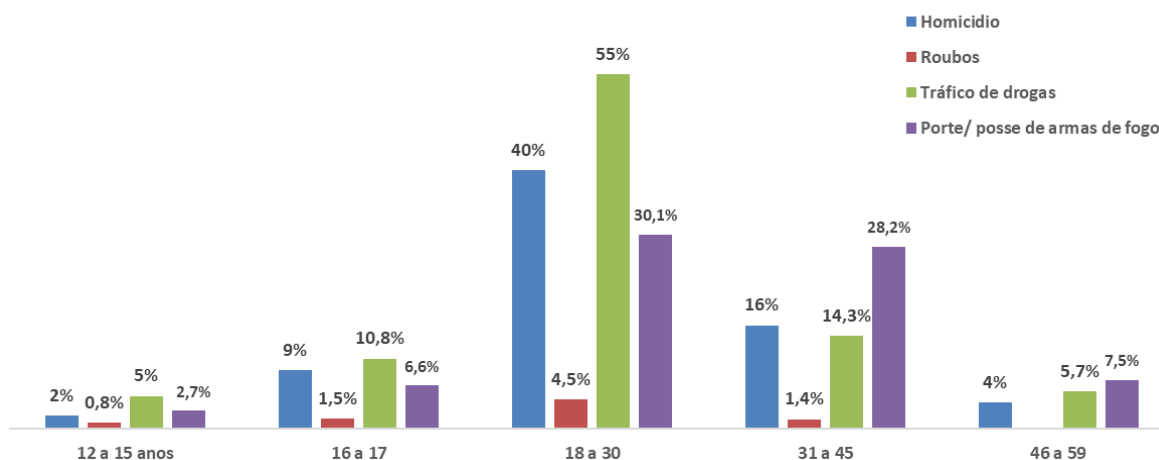
**Tabela 8** — Taxa de homicídio das RA's com escolas militarizadas entre 2019 e 2022<sup>31</sup>

Região Administrativa	Homicídios				Roubos				Tráfico de drogas				Porte/ posse de armas de fogo			
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Gama	19	16	12	5	3535	2110	1794	1406	220	328	203	143	76	72	74	60
Taguatinga	16	20	14	17	7052	4881	4624	3370	672	451	614	371	47	62	91	55
Brazlândia	2	5	9	7	713	548	383	354	66	142	110	115	23	61	38	29
Sobradinho	17	6	7	2	1740	1023	672	490	175	183	135	83	27	28	25	35
Planaltina	42	37	16	12	3931	2405	1927	1392	310	431	352	264	141	152	102	99
Paranoá	17	15	14	8	1794	1116	1087	1207	77	113	129	87	49	34	60	46
Núcleo Bandeirantes		2	2	3	442	392	221	213	19	17	33	17	6	8	8	3
Ceilândia	76	52	45	30	12607	8003	6808	6506	903	871	682	590	228	178	151	147
Samambaia	43	40	20	18	8316	5271	4674	3755	331	335	265	159	99	140	104	73
Santa Maria	21	18	17	13	3840	2675	2197	1813	167	192	159	128	66	82	48	65
Recanto das Emas	17	23	11	21	4454	2649	2408	1598	238	291	260	59	59	65	73	66
Lago Norte	2	1	2	2	308	250	142	85	7	12	8	4	12	2	3	6
Riacho fundo II	9	7	10	3	1236	859	686	454	28	58	42	50	14	19	18	13
Estrutural	19	12	19	11	1308	764	648	640	77	250	147	118	48	70	60	29
Itapoã	23	14	12	9	1698	1492	1060	995	72	128	130	76	27	42	33	30

**Fonte:** Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF/DGI/DATE/SE POLARIS, 2022 (Anexo C).

Quando a pesquisa passa a analisar os dados por faixa etária, nesse mesmo período, podemos notar que os maiores índices desses crimes estão na faixa etária entre 18 a 45 anos, isso é percebido no gráfico 2.

**Gráfico 2** — Taxa de criminalidade por faixa etária 2019 a 2022



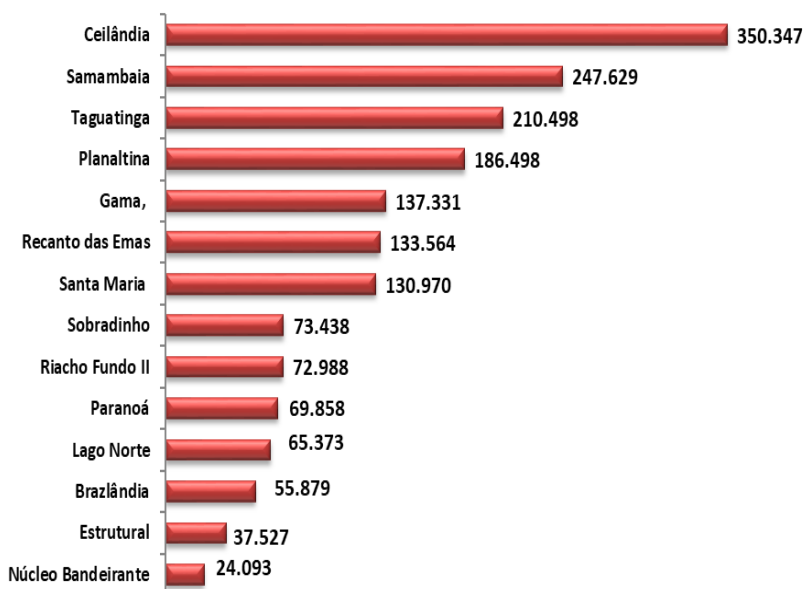
**Fonte:** Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF/DGI/DATE/SE POLARIS, 2022 (Anexo C).

<sup>31</sup>Os dados foram obtidos de 2022, até o dia 16 de novembro.

Portanto, se olhar a criminalidade como fenômeno isolado, para justificar a violência e a militarização das escolas, a realidade posta é analisada de uma maneira superficial e equivocada no que equivale uma parte do todo que se materializa através das relações sociais, como a produção da vida, trabalho, cultura e a diversidade vivenciada nos territórios. Porém precisamos entender a realidade a partir de outros elementos conflitantes levando em consideração questões como: a população, renda das famílias e o acesso à educação, pois, esses indicadores ajudam diretamente a compreender parte da vida social dos sujeitos<sup>32</sup>.

Fazendo um “raio x” demográfico dos territórios, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios - PDAD 2021, se pode notar que as RAs são bastante populosas. Juntas respondem por 1.833.532 habitantes, o que corresponde a 61% da população de Brasília. Destaque para Ceilândia, a mais populosa, com 350.347 mil habitantes e a do Núcleo Bandeirante, a menos populosa com 24.093 mil habitantes. É uma população jovem, visto que 71% da população se encontra entre 15 a 59 anos, 21% estão na faixa etária entre 0 a 14 anos e 9% entre 60 anos a mais. Destes, 0,1% são povos indígenas, 1% amarelas, 37% pessoas brancas e 61% são pessoas pretas e pardas. No gráfico 3 se retrata a população desses territórios.

**Gráfico 3** — População total das RAs com escolas militarizadas

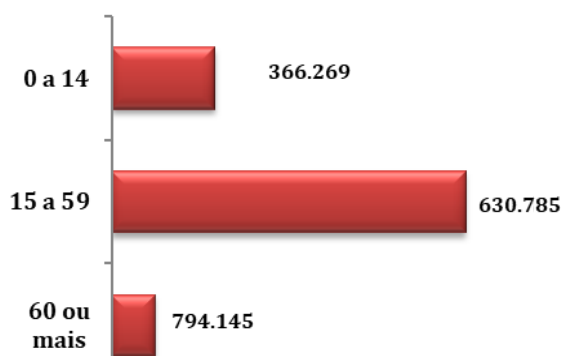


Fonte: CODEPLAN, 2021.

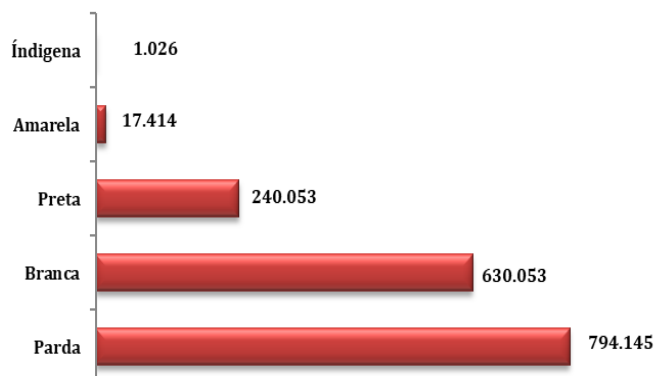
<sup>32</sup> É possível apontar que a base política representada por bancadas militares, adeptos e conluiados, são as mesmas que defendem a diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos. Em uma lógica invertida que fortifica a condenação de jovens negros (as) e pardos (as) por - seu posto social étnico-racial, de residir em periferia e ser pobre, mesmo estes (as) não sendo os responsáveis pelos crimes e tão pouco por estarem as margens da exclusão social. O que reforça a ideia de entender e defender a escola pública como principal entidade protetora desses (as) mancebos (as) quando estão matriculados (as) e presentes no cotidiano dos centros de ensino, sobretudo no modo integral.

Os gráficos 4 e 5 fazem esse retrato das RAs, com sua população em maioria classificada como preta e parda.

**Gráfico 4 — Faixa etária**



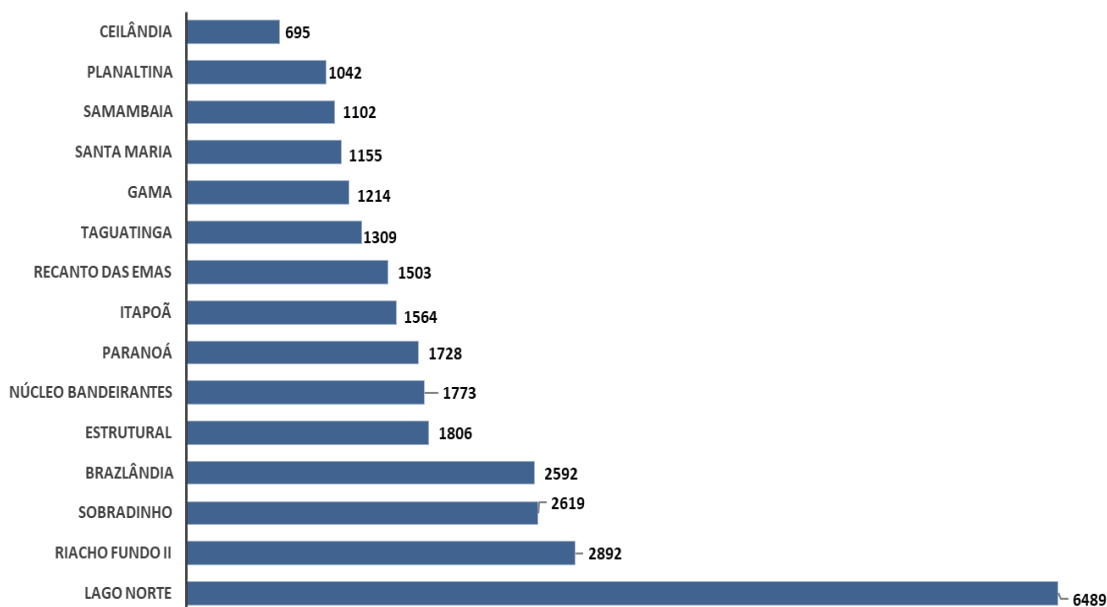
**Gráfico 5 — População e sua diversidade**



Fonte: CODEPLAN, 2021.

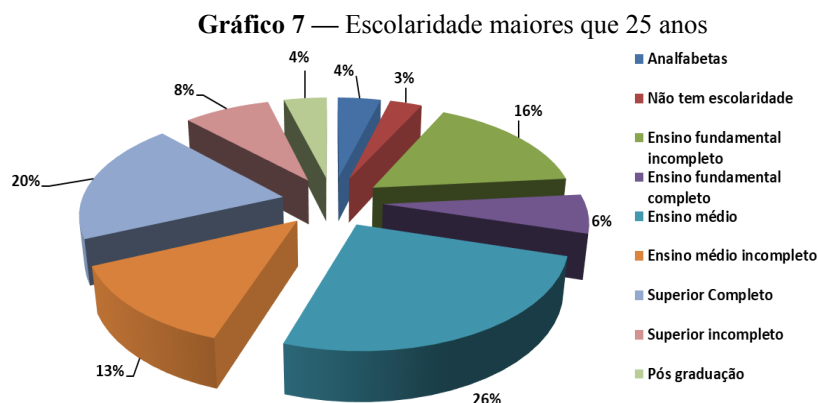
Ao incluir a renda per capita, segundo dados da CODEPLAN, 2021, a média de algumas RAs está abaixo da renda do DF, que corresponde a R\$3.0002,00, dados encontrados no Gráfico 6.

**Gráfico 6 — Renda familiar das RAs**



Fonte: CODEPLAN, 2021.

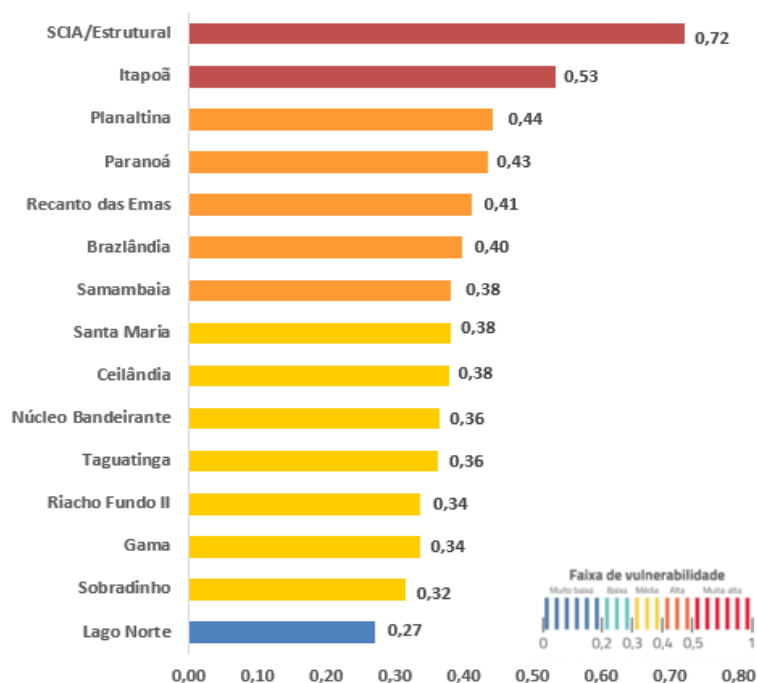
Nas RAs da Estrutural, Itapoã, Recanto das Emas, Paranoá e Brazlândia a renda familiar mensal não chega a um salário-mínimo. Outro indicador analisado é a escolaridade, o gráfico 7, retrata os dados de escolaridade entre pessoas maiores de 25 anos.



Fonte: CODEPLAN, 2021

Ao analisar os dados, notamos que 4% da população encontra-se analfabeta e 3% não tem escolaridade, seguido por 16% que não chegaram a completar o ensino fundamental. Todos esses dados apresentados contribuem para as altas taxas de vulnerabilidade das RAs. Entre estas, duas estão com índices alarmantes de vulnerabilidade e descaso do Governo, como bem podem ser percebidos no gráfico 8.

**Gráfico 8 — Índice de vulnerabilidade social<sup>33</sup> das RAs com escolas militarizadas**



Fonte: CODEPLAN, 2021.

<sup>33</sup> O Distrito Federal, mede o índice de vulnerabilidade Social o IVS-DF por RA em seu território, que leva em consideração dados de 4 dimensões: Dimensão de infraestrutura e ambiência urbana, dimensão de renda e trabalho e dimensão habitacional, que ao todo são levados em consideração 24 indicadores sociais, que quanto mais próximo da cor vermelha, maior é o grau de vulnerabilidade mais próxima da cor azul escuro menor a vulnerabilidade.

Neste sentido, ao analisarmos os indicadores sociais a partir do perfil socioeconômico pode-se intuir que as RAs escolhidas são em maioria segregadas socioespacialmente e conseqüentemente com parte dos direitos humanos básicos à vida negados, tendo como resultado: baixo nível de escolaridade, desemprego e subempregos, falta de moradia adequada e saneamento básico. O que revela a lógica estrutural desigual e combinada da sociedade capitalista, a injustiça na distribuição de bens e serviços e a violenta condição de existir um número considerável de pessoas analfabetas de renda menor que um salário-mínimo, com a opção de solucionar essas mazelas sociais a partir da repressão que é vivenciada pelos sujeitos em seus territórios, tendo como única alternativa uma verdadeira luta cotidiana pela sobrevivência.

Precisamos compreender que “A violência não é um problema da escola, ela é um problema da sociedade que acaba por se manifestar na escola”. As escolas são reflexos sociais promovidos por essa lógica estrutural moldada, combinada e executada pela essência da sociedade de classes, visto que a violência, a culpabilização da juventude e a precarização da educação pública como “grandes vilãs”, são resultados desse processo (LUZ, 2022).

### **2.3 Os três anos de militarização das escolas**

As escolas militarizadas, passados três anos, desde sua implementação em 2019, não tem leis que as legitimam enquanto um sistema de ensino, mas sim portarias e normas para sua implementação. Esse modelo não está previsto na constituição e fere a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, pois trata de um modelo paralelo, marginal, sem base legal ou moral, o que fere diretamente a gestão democrática nas escolas (LUZ, 2022).

Em 2019, no lançamento das escolas PECIM, o então Presidente da República Jair Bolsonaro, aconselha o governador do DF - “Tem de impor”<sup>34</sup>, ao se referir a implementação desse modelo de escolas em Brasília. Já que dessa forma essas falas mostram o perfil antidemocrático e autoritário para a implementação dos modelos de militarização na capital.

Seguindo a cartilha do autoritarismo, várias são as denúncias ligadas às escolas, uma delas foi a imposição do GDF referente a duas escolas - o Colégio Gisno (Asa Norte) e o Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia, ao projeto das EGCS. No primeiro momento, a comunidade escolar não aceitou o modelo, o governador chegou a dizer que “iria implementar o modelo de qualquer jeito, quem achar ruim que vá à justiça”<sup>35</sup>, ele ainda disse

---

<sup>34</sup> Reportagem veiculada pelo Metrôpoles, por Francisco Dutra, publicada em 05/09/2019.

<sup>35</sup> Reportagem veiculada pelo G1- DF, por Leticia Carvalho, publicada em 19/08/2019.

que “não estou aqui para brincar de administrar”. Depois das falas feitas, apenas o Centro de Ensino 407, voltou atrás por um incidente ocorrido na frente da escola<sup>36</sup>, o Gisno permanece não sendo militarizado. Em 2021, com a mesma performance, "se atropela a democracia e impõe a militarização no CEF 01 do Paranoá"<sup>37</sup>. Esse período foi marcado por abusos, assédios e imposições enfrentados pelos estudantes, como pode ser observado no quadro 5.

**Quadro 5** — Principais conflitos vivenciados pelos estudantes<sup>38</sup>

DENÚNCIAS	DATA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	MATÉRIA
Briga	24/04/2019	G1 Correio Braziliense	PM intervém em briga de escola militarizada no DF. Vídeo: ação da PM em escola de Ceilândia acende polêmica sobre militarização
Assédio	04/06/2019	Metrópoles G1	Vice-diretor crítica comportamento de PM acusado de assediar aluna; Sargento da PM é afastado após denúncias de assédio sexual contra estudantes em escola militarizada do DF.
Discussão	12/11/2019	G1 Metrópoles	Discussão entre docente e PM em escola militarizada chega à CLDF; Professora e PM batem boca na frente de alunos em escola militarizada no DF.
Abuso	11/05/2022	G1	Após PM ameaçar 'arrebentar" estudante, Conselho de Segurança faz reunião no CED 01 da Estrutural
Abuso	11/08/2022	G1	Vídeo: aluna de escola militarizada na Estrutural, no DF xinga policial e é levada para delegacia

**Fonte:** G1 (2019b), Correio Braziliense (2019a), Metrôpoles (2019b); G1 (2019b), Metrôpoles (2019b); G1 (2022a); G1 (2022b).

A militarização nas escolas revela o conflito de territorialidades que os estudantes vêm enfrentando. As escolas que eram ambientes acolhedores, intuídas de preparem os (as) estudantes para a cidadania, autonomia, opinião, saber, discernimento, responsabilidade, agora passam a ser um ambiente cheio de regras, em que são aplicados métodos policiais para solucionar problemas escolares com a disciplina para colocar as coisas no lugar. Uma

<sup>36</sup> O Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia, voltou atrás depois de um episódio de homicídio com arma branca ocorrido em frente a escola na semana seguinte à votação.

<sup>37</sup> Reportagem veiculada pelo SINPRO/DF, 06/12/2021.

<sup>38</sup> Os casos relatados na tabela 9, seguem sem qualquer punição, mesmo após investigações de condutas indevidas, três foram arquivadas e uma se arrasta há mais de 1 ano.

pedagogia baseada no medo e vigilância, a mesma aplicada em quartéis e presídios, através de táticas do controle e comando, obrigando os (as) alunos (as) a seguir uma série de normas e procedimentos, sem questionar seus superiores (LUZ, 2022).

Diante a tantos abusos e após um episódio veiculado no Jornal Correio Braziliense - “Durante abordagem policial, aluno é jogado no chão e algemado no CED 01”<sup>39</sup> da Estrutural. Em menos de um mês, os estudantes alegam ter sofrido violência dos militares que comandam a escola, um aluno de 14 anos foi algemado e prensado com força no chão, além de ser disparado contra esses alunos spray de pimenta, o Ministério Público do Distrito Federal e Território-MPDFT revogou a nota técnica que considerava legal o projeto EGCS. Os promotores consideram “a adoção de política autoritária e a repressão ao dissenso em escolas públicas como um verdadeiro retrocesso social” (MARTINS, 2022; PULJIZ, 2022).

Além disso, a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação - PROEDUC<sup>40</sup> requisitou junto à SEEDF, alguns esclarecimentos sobre o projeto de Escola de Gestão Compartilhada no DF por identificar inconsistência nas informações, não há padronização de decisão ou no quórum estabelecido para adesão ao projeto. Em documento os promotores solicitaram que à SEEDF apresentasse informações sobre: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 2015 a 2019, Índices de abandono escolar, evasão e de reprovação de 2019 a 2022, por discordarem do modelo de Gestão compartilhada, e a lista dos transferidos por motivos disciplinares, com a indicação do nome das escolas para que foram transferidas e solicitada o afastamento de todos os militares da escola.

O Ministério Público também destaca que há um desvio do gerenciamento da disciplina escolar e a falta de habilidade do PMs para atuarem em soluções de problemas em contexto escolar, pois caracteriza um “desvio de função”, pois cabem aos militares “o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública”, e passa a questionar a constitucionalidade desse modelo de educação (PULJIZ, 2022). Nesse sentido, as escolas militarizadas passaram a ser questionadas, pois começaram a revelar seu perfil de um projeto anti escolas, contrária a condição da educação ser vista como um espaço de formação e desenvolvimento do sujeito no sentido diverso (LUZ, 2022).

É nesse cenário que o nexos entre o controle/domínio/comando dos corpos e o ordenamento do capital voltado para a insanidade de se buscar o lucro em desrespeito a qualquer forma de vida se expressa no bojo das escolas, enquanto mais um lugar visto pela classe dominante como necessário para implementar a ordem e impedir a crítica social, pois,

---

<sup>39</sup> Reportagem veiculada pelo Correio Braziliense, por Rafaela Martins em 31/05/2022.

<sup>40</sup> Promotoria vinculada ao MPDFT.

ali representa a formação de futuros trabalhadores (as) que para a manutenção sistêmica imposta, precisam aprender a obedecer e agir, e não a pensar para depois realizar.

Logo, a compreensão da implementação da militarização das escolas no DF está posta, sendo necessário ser propagado para os (as) sujeitos (as) que compõem o chão da escola tenham a liberdade e a autonomia de escolherem o modelo pedagógico que querem, não somente para sua escola, mas essencialmente em suas vidas.

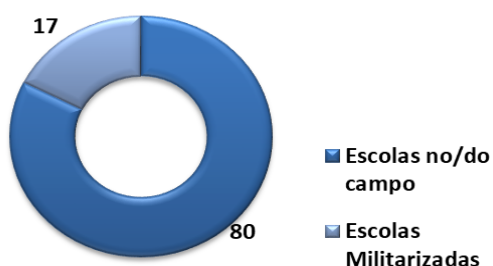
### CAPÍTULO 3 - CONFLITO FRENTE ÀS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS - EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO X MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO DF

"A escola somente de informação e de disciplina imposta, como a dos quartéis, pode adestrar e ensinar, mas não educa. Nesta escola, a democracia se houver, será a dos corredores, do recreio, dos intervalos de aula, desordenada, ruidosa e deformadora."

(Anísio Teixeira)

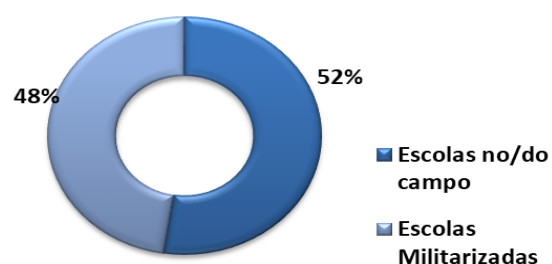
A partir de 2018, o Distrito Federal, dentre outros, apresentou dois modelos de educação adversos: a Educação do/no Campo e as Escolas Militarizadas. Dados de 2022 da SEEDF, afirmam que esses dois modelos correspondem por 97 escolas, ou seja, 12 % do total das escolas no DF e com o total de 46.651 estudantes envolvidos, como pode ser analisado nos gráficos 9 e 10 abaixo:

**Gráfico 9** — Escolas EdoC e Militarizadas



Fonte: SEEDF, 2022.

**Gráfico 10** — Quantidades de estudantes



Ao comparar as duas propostas, é visto que há estruturas desiguais e antagônicas, pois, se por um lado existe um modelo que tem sua pedagogia voltada para a formação cidadã dos sujeitos, por outro há outra direcionada para a reprodução de quartéis como é percebido no quadro 6.

**Quadro 6**— Estruturas pedagógicas dos dois modelos

Escolas no/do Campo	Escolas Militarizadas
Pedagogia fruto de experiências importantes como: Educação popular, desenvolvida por Paulo Freire, Pedagogia socialista, Pedagogia da alternância e a pedagogia dos Movimentos Sociais.	Sua pedagogia se baseia na tríade: Vigiar, punir e disciplina.

Escolas no/do Campo	Escolas Militarizadas
Educação como instrumento formador e emancipador social	Projeto conservador, hierárquico e hegemônico de educação
Respeito à diversidade	Impõe restrições aos estudantes
A escola se territorializa com seu entorno	Entendendo a escola como ambiente isolado
Cultiva as relações de igualdade e participação democrática	Civismo

**Fonte:** Elaboração Própria

Para melhor entender esses modelos, foram solicitados dados à SEEDF, como pode ser observado no anexo B, eles foram: 1) Qual valor gasto para implementação das escolas EGCS e PECIM; 2) Qual a gratificação dos monitores e gestores para esse modelo; 3) A Educação no/do Campo, qual valor anual e mensal recebido? 4) Existe gratificação para esse modelo? quais os valores? 5) Existem monitores para Educação do campo? A secretaria não respondeu às demandas que foram solicitadas, algumas respostas foram dadas de maneira bem genérica. Segundo o site da SEEDF, as escolas recebem anualmente 200 mil para implementação do projeto EGCS e contaram com a presença de 20 a 25 policiais militares. Enquanto as escolas PECIM destinaram R\$ 10 milhões para a criação de 36 escolas públicas militares no Distrito Federal (SALDAÑA, 2020). Outra questão que não fica claro é sobre se existe uma gratificação na portaria conjunta nº 09 de 2019<sup>41</sup>, em seu capítulo VII, menciona o emprego de servidores que atuaram como monitores, são militares inativos e estarão sob a coordenação da PMDF e CBMDF.

Em resposta, sobre a Educação no/do campo a secretaria cita a Lei 5015, de 03 de maio de 2013, em seu artigo 21 referente a existência de Gratificação de Atividade na Zona Rural - GAZR, para professores, pedagogos-orientador educacional e monitores. Há a existência de servidores ocupando cargos de monitores e passam a receber a GAZR que é calculada no percentual de quinze por cento do vencimento básico do padrão I da etapa em que o servidor esteja posicionado. de gestão, mas não foi repassado nenhuma informação adicional, mais nenhuma informação foi nos passada sobre as escolas no/do campo.

O projeto de militarização só evidencia o que tanto se comenta ao tratar da

<sup>41</sup> Na portaria conjunta nº 01, de janeiro de 2019, havia a existência de uma gratificação para a atuação nas Escolas de Gestão Compartilhada, mas ela foi revogada e passou a vigorar a portaria nº 09 de setembro de 2019. Em outubro de 2020, a portaria passou a ser revogada pela portaria nº 22 de 28 de outubro. No ano seguinte a portaria nº22, de fevereiro de 2021 é a portaria que está em vigor.

precarização da educação, no que equivale: falta de estruturas apropriadas, pouco ou nenhum investimento para as escolas, falta de professores, monitores e coordenadores pedagógicos, formação continuada dos professores, o batalhão escolar nas escolas que contribui com a segurança nas escolas e ao seu redor etc.

Ao mesmo tempo, corrobora com a afirmação de Luz (2022), que as escolas públicas, em meio a tantas dificuldades, vêm incomodando, foram longe demais e precisam ser combatidas. Pois, se o governo estivesse de fato interessado em resolver os problemas que tanto persistem nesses territórios, outras políticas públicas seriam adotadas. A educação de fato precisa ser entendida como um investimento para a melhoria de um país e não um custo desnecessário.

### 3.1 Entidades envolvidas nos modelos de educação em questão

A pesquisa identificou que no Distrito Federal algumas entidades, instituições, autarquias e partidos políticos estão comprometidas em orientar, acompanhar e avaliar os modelos em questão: Educação no/do Campo e Escolas Militarizadas. Algumas apoiando, outras denunciando a implantação de suas políticas. Dessa forma, entidades como: movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos etc., como é exposto no quadro 7, estão envolvidos na construção e afirmando a Educação no/do campo enquanto um direito a partir de políticas públicas.

**Quadro 7** —Principais entidades envolvidas na defesa da Educação no/do Campo

SINDICATOS	MOVIMENTOS SOCIAIS	PARTIDOS POLÍTICOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO	OUTRAS ENTIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Sindicato dos Professores do Distrito Federal- <b>SINPRO</b>;</li> <li>Central Única dos Trabalhadores - <b>CUT</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - <b>MST</b>;</li> <li>Via Campesina;</li> <li>Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar- <b>CONTAG</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>PT</b>- Partido dos trabalhadores;</li> <li><b>PSOL</b>- Partido Socialista e Liberdade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>UNB</b>- Universidade de Brasília ;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fórum permanente pela Educação do Campo- <b>FECAMP</b>-</li> <li>Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares- <b>RENAP</b></li> </ul>

**Fonte:** Trabalho de Campo

Podemos ainda citar algumas instituições públicas que são importantes para a construção do modelo de Educação no/do Campo no DF, elas podem ser analisadas no quadro 8.

**Quadro 8** — Instituições envolvidas com a Educação no/do Campo

MINISTÉRIOS	AUTARQUIAS	PODERES	SECRETARIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Educação - <b>MEC</b>;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - <b>INCRA</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo do Distrito Federal - <b>GDF</b>;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal- <b>SEEDF</b>;</li> <li>• Secretaria de Agricultura - <b>SEAGRI</b></li> </ul>

**Fonte:** Trabalho de Campo

Quando nos referimos ao projeto de militarização das escolas encontramos entidades no âmbito Distrital e Federal que são responsáveis pelo debate e implementação das EGCS e PECIM na rede educacional da capital, encontramos: ministérios, partidos políticos, secretarias e corporações que estão em concordância com esse modelo retratados no quadro 9.

**Quadro 9** — Entidades e instituições envolvidas na política de militarização das escolas

MINISTÉRIOS	PODERES	PARTIDOS POLÍTICOS	SECRETARIAS	CORPORAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Educação - <b>MEC</b>;</li> <li>• Ministério da Defesa - <b>MD</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo do Distrito Federal- <b>GDF</b>;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>PHS</b>- Partido Humanista da Solidariedade;</li> <li>• <b>PRP</b>- Partido Republicano Trabalhista;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal- <b>SEEDF</b>;</li> <li>• Secretaria de Segurança do Distrito Federal - <b>SSP/DF</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Polícia Militar do Distrito Federal - <b>PMDF</b>;</li> <li>• Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - <b>CBMDF</b></li> </ul>

**Fonte:** Trabalho de Campo

A pesquisa identificou algumas entidades que se posicionaram contrárias ao projeto de militarização das escolas, tais como: sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e instituições de ensino, conforme pode ser observado no quadro 10.

**Quadro 10** —Entidades contrárias às Escolas Militarizadas

SINDICATOS	MOVIMENTOS SOCIAIS	PARTIDOS POLÍTICOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Sindicato dos Professores do Distrito Federal- <b>SINPRO</b></li> <li>•Central Única dos Trabalhadores - <b>CUT</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra - <b>MST</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Partido dos Trabalhadores - <b>PT</b>;</li> <li>•Partido Socialista e Liberdade - <b>PSOL</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Universidade de Brasília - <b>UNB</b></li> </ul>

**Fonte:** Trabalho de Campo

Essas entidades têm um papel fundamental, não apenas na implementação das políticas educacionais, mas como força política para fiscalizar e denunciar possíveis abusos que os estudantes possam vir a enfrentar.

### 3.2 Desafios enfrentados pelos modelos de educação

O projeto de militarização vem ganhando espaço e protagonismo enquanto modelo de educação pública a ser seguido na capital, e com um discurso fetichizado é um processo que vem sendo imposto e não debatido com a comunidade escolar, pois seu principal interesse é a disputa ideológica de mentes e corpos, que abraça um pseudo modelo neutro. No entendimento dessa pesquisa esse modelo é fracassado e vem sendo debatido sobre sua legitimidade. O que nos faz lembrar que basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos da classe trabalhadora sejam questionados, com a estratégia de criminalizar quem trabalha.

Por outro lado, a Educação no/do Campo vem sofrendo retrocessos por estar em segundo plano no governo Ibaneis Rocha. Embora tenha avançado quando se trata de sua proposta pedagógica, marcos conceituais e diretrizes. Dessa forma, a pesquisa verificou que vem sendo negativada suas demandas pedagógicas e estruturais, estabelecidas na meta 8 do PDE. A mesma sugere infraestrutura apropriada a construção de bibliotecas, laboratórios de informática, quadras poliesportivas e auditórios, transporte, o direito aos estudantes em todas as etapas e modalidades de ensino e turnos, inclusão da presença da família no ambiente escolar, a regulamentação da política pública de aquisição de alimentação escolar etc. (DISTRITO FEDERAL 2018). As demandas levantadas estão descritas no quadro 11.

**Quadro 11** — Demandas e reivindicações da Educação no/do Campo no Distrito Federal

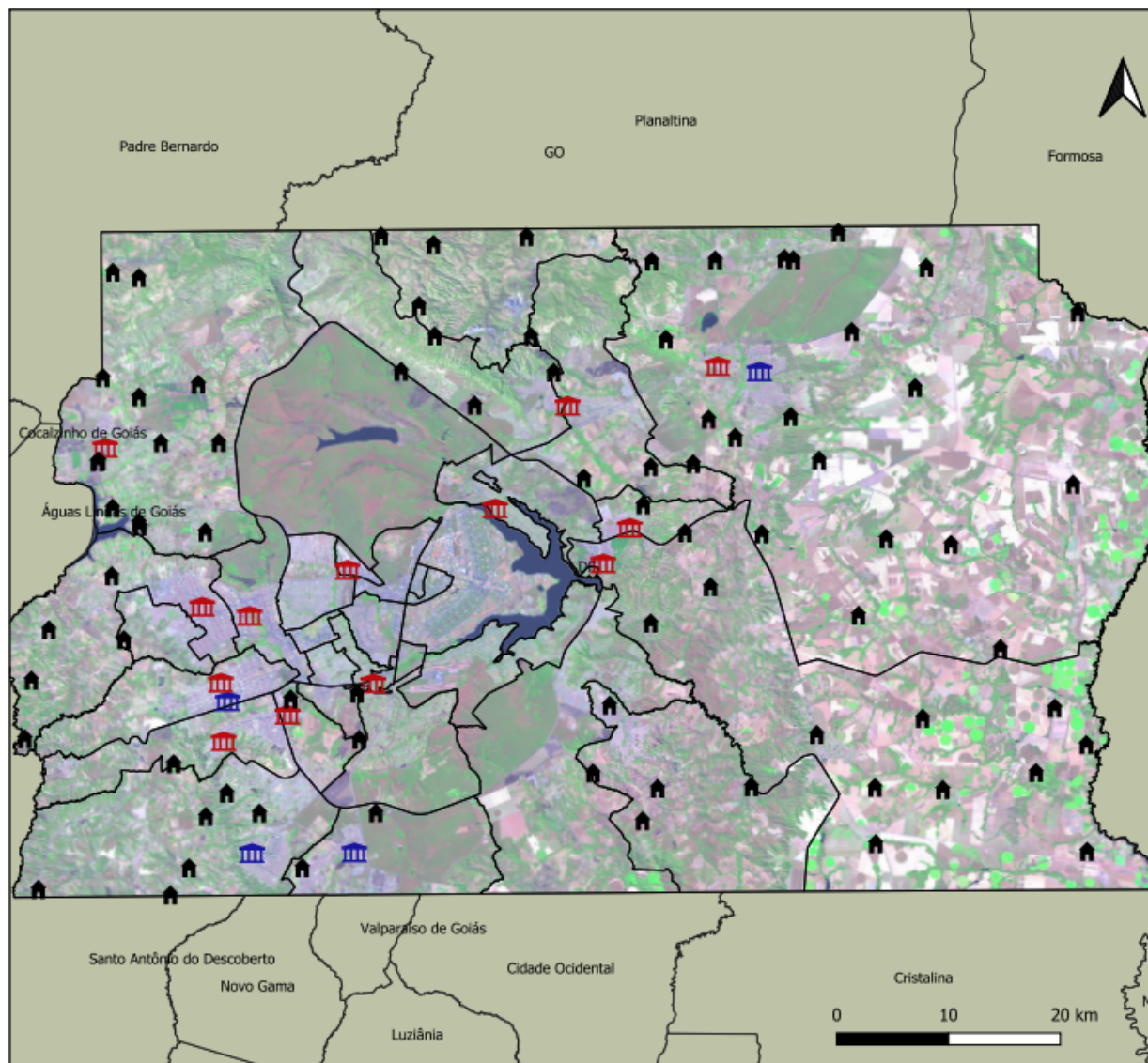
	DEMANDAS	REIVINDICAÇÕES
INFRAESTRUTURA	Espaço físico das escolas	Ampliar o espaço físico com a construção de biblioteca, laboratório de informática quadras esportivas, refeitório, auditório e salas administrativas
	Ampliação das escolas	Aumentar a oferta de salas e matrículas dando sequência a escolaridade das crianças nas comunidades em que elas pertencem
	Materiais escolares	Projetores, cadeira e carteiras, computadores e televisores
	Estradas	Manutenção e pavimentação das estradas vicinais
	Acesso à internet	Implementação de uma rede de internet compatível com a demanda das escolas
	Fornecimento de água	Necessidade de implementação de sistema de água potável nas escolas
	Posto de saúde	Acesso ao serviço público de saúde nas comunidades escolares no que equivale a saúde básica
	Transporte escolar	Transporte que ofereça acessibilidade, conforto e segurança aos estudantes
PEDAGÓGICAS	Ajuste nos currículos	Conteúdos que estejam de acordo com a realidade do campo
	Ampliar a oferta de EJA	Para que as pessoas possam ter acesso à educação.
	Profissionais	Concurso público para coordenadores pedagógicos, técnicos administrativos escolares, psicólogos (as), nutricionistas e professores nas áreas que compõe a Educação no/do Campo
	Merenda escolar	Materialização do Programa Nacional de Alimentação Escolar o PNAE.
	Creches	Implantação de creches rurais para crianças de 0 a 3 anos.
	Coordenador pedagógico	Todas as escolas deverão ter um coordenador pedagógico e não apenas escolas com seis turmas ou mais possuem coordenadores.

**Fonte:** Transcrição audiência pública Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, 2020.

As escolas não conseguem competir em pé de igualdade quando faltam o básico, o que constatou poucas iniciativas com o intuito de colocar em prática o que está estabelecido no PDE, enquanto isso os estudantes e o corpo docente sofrem com o descaso do GDF. Durante a pesquisa constatou-se que embora não haja nenhuma escola no/do campo militarizada, podemos observar que as escolas militarizadas já estão disputando territórios em áreas rurais, modelo que não condiz com a realidade dos sujeitos no/do campo e com as diretrizes da Educação no/do Campo, como bem observado na figura 9.

Figura 8 — As escolas no/do campo e as escolas militarizadas no Distrito Federal

**ESCOLAS NO/DO CAMPO E AS ESCOLAS MILITARIZADAS NO DISTRITO FEDERAL (2022).**



**Legenda**

- Unidades Federativas (Limites)
- Municípios Goiás
- Distrito Federal
- Limites Regiões Administrativas DF
- Colégios EGCS
- Escolas PECIM

■ Escolas\_do\_Campo

**Elaboração:**

Tayline Costa.

**Fonte:**

SEEDF (2022).

**Ano:**

2022

**Datum:**

SIRGAS 2000/ UTM Zona

**Pesquisa desenvolvida por:**

Adriana Pereira Santos

Ao analisarmos a figura 8, podemos perceber que essa aproximação acaba sendo preocupante pois são dois modelos contraditórios e exigirá um esforço para que um não suprima e ganhe protagonismo sobre o outro desrespeitando o processo de construção pedagógica e de luta. Logo, a Educação no/do Campo “se faz necessária a partir do instante em que se tem o entendimento de ocupar os espaços para reafirmar com consciência de classe nossos propósitos e projetos, enquanto contribuição para uma nova sociedade”<sup>42</sup>.

Todavia, a educação no/do campo é sinônimo de luta e (re)existência, esses sujeitos persistem em defender essas escolas enquanto territórios que significam palcos para a reprodução de suas identidades de vida, de base camponesa, autônoma e libertária.

A militarização das escolas não fere apenas o projeto de educação do campo, mas também o que entendemos por educação e sua institucionalidade - que são as escolas. É preciso frear esse projeto de “antiescola”. Precisamos de fato debater a melhoria e investir no quadro de professores(as), coordenadores (as), investimentos estruturais e pedagógicos.

A luta pela inelegibilidade do projeto de militarização das escolas é grande. Alguns Estados, como é o caso do Distrito Federal, Brasília e São Paulo, vem tendo a militarização das escolas questionadas constitucionalmente, com sentenças contrariando esse modelo. Uma grande vitória! Mas o que precisa ser desmistificado no imaginário e sobre o que é preciso entender sobre educação para não cairmos em certos mitos e falácias? O olhar utópico em um modelo social que caminhe rumo ao respeito à diversidade social, a busca da equidade econômica entre as classes junto a justiça e a sustentabilidade ambiental é a dica.

---

<sup>42</sup> Relato feito pela Aldenora, Direção Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST – DF e Entorno (Setor de Educação).

## CONCLUSÃO

A seguinte proposta de estudo buscou fazer uma análise reflexiva da dinâmica socioespacial a partir de uma abordagem geográfica, seus princípios, método, conceitos e categorias sobre dois modelos de educação existentes no Distrito Federal: Educação no/do Campo e o processo de militarização das escolas, expressos pelos projetos EGCS e PECIM.

Isto por perceber que a Educação no/do Campo no Distrito Federal vem passando por uma grande construção enquanto conceito e proposta de educação que reconhece a diversidade, lutas, sujeitos e suas vivências nos territórios em que estão inseridas uma ampla identidade territorial. Por isso, precisamos entendê-la, que para além das escolas existe o seu lugar onde ela se territorializa. Na atualidade, elas têm um grande desafio, trazer o debate de uma nova matriz para o campo pautado na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis e *sem veneno*. Condição que demandará muita mobilização e articulação, já que não há por parte do governo Ibaneis Rocha, efetivar metas estabelecidas pelo PDE, mas sim, como foi posto em seus primeiros meses de governo - a política da militarização das escolas enquanto educação para o Distrito Federal.

O modelo de militarização das escolas ganhou força com o discurso da garantia da "segurança as famílias", com a estratégia de no primeiro momento aparecer como algo encantador. Com a captura das famílias em suas partes sensíveis como a negação de acesso a direitos como a educação e a segurança pública. Isso seguido das imposições desses modelos em segundo momento, ou seja, a mascaração dos reais problemas enfrentados nesses territórios.

No fundo, há um grande abismo entre esses dois modelos de educação, que reforça a disputa de corpos e mentes. Logo, a política de militarização das escolas reforça e camufla o real problema enfrentado nos territórios e conseqüentemente nas escolas do Distrito Federal desde a construção de Brasília, com a segregação socioespacial enquanto política de criminalização da população mais pobre e trabalhadora. Um planejamento para criminalizar e reprimir os desiguais.

Outra questão que a pesquisa constatou é que por um lado temos uma educação que vem sendo negligenciada como a Educação no/do campo, que representa sujeitos históricos, culturais e sociais. Com outra posição se tem um modelo com interesse de governos neofascistas e parte de conglomerados de grande capital, que cada vez mais estão se intencionando para avançar sobre territórios.

Todos os dados analisados e trabalhados na pesquisa demonstraram que a maior violência de um povo é quando se nega seus direitos. O que é violento é a desigualdade social, o que é violento é a exclusão e a marginalização das pessoas. Isto é, aquilo que está se estruturado na sociedade, como o racismo, o machismo, a homofobia e que precisam ser combatidos com políticas públicas eficientes e elucidação das mesmas junto a população, sendo as escolas lugares centrais para tanto.

Precisa-se de fato debater “qual a função social das escolas?” Valorizar os professores? Ter uma estrutura física e pedagógica que dê conta das demandas das escolas do século vinte um? Para isso, a educação precisa ser encarada como um investimento e não como custo. Uma educação para *além do capital*, retomando a função social da escola e da educação e que ela passe a ser construída pelos e para a classe trabalhadora. Pois modelos como a militarização das escolas desvirtua a função social das escolas, como as escolas no/do campo.

Por fim, dizer sobre o “ato de pesquisar” pois ele proporciona desvelar mundos desconhecidos, onde se busca elementos que ajudem a entender a realidade concreta e a utopia de transformá-la. Dessa forma, a pesquisa deu os primeiros passos, mas espero ter instigado a aprofundar temas como: A questão agrária no Distrito Federal; A produção agrícola e seu escoamento; os próximos passos da política de militarização das escolas; o GDF pretende militarizar as escolas no/do campo? Essas questões, quiçá, darão norte para próximas pesquisas.

“A principal tarefa da Educação moderna não é somente alfabetizar, mas humanizar criaturas...”

**Cecília Meireles**

Obrigada!

Adriana Pereira Santos

Taguatinga (sul) - DF

Primavera de 2022

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. et al. (org). **Dicionário de agroecologia e educação**. in: ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. Território. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021, p.750-755.

ALVES, Pedro; GARONCE, Luiza; YUMI, Mônica. **PM intervém em briga de escola militarizada no DF**; Veja Vídeo. G1 Distrito Federal. Brasília abril de 2019. Disponível em:<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/04/26/video-mostra-pm-derrubando-a-luno-em-escola-militarizada-de-ceilandia-no-df.html>. Acesso em: 2 Nov. 2022.

ALVES, Pedro. **Professora e PM batem boca na frente de alunos em escola militarizada no DF; ouça áudio**. G1 Distrito Federal. Brasília, 2019. Disponível em:<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/11/12/professora-e-pm-batem-boca-na-frente-de-alunos-em-escola-militarizada-no-df-ouca-audio.ghtml>. Acesso em: 2 Nov. 2022.

BASILIO, Ana Luiza. **Miguel Arroyo: Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares**. Carta Capital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/>. Acesso em: 29 Set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.004, **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares**. Presidência da República, setembro, 2019. Disponível em: [D10004 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 29 Jul. 2022.

BRASIL. **Diretrizes das escolas Cívico- Militares**. Presidência da República, 2021. 2ª edição. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso\\_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERS/O\\_observaes\\_14072021convertido2.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERS/O_observaes_14072021convertido2.pdf). Acesso em: 26 Set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Programa Nacional das Escolas Cívico Militares- PECIM**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes/programa-nacional-das-escolas-civico-militares-pecim> Acesso em: 26 Set. 2022.

CAETANO, Ian; VIEGAS, Victor. (Orgs.). **O Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas**. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016

CALDART, R. S. **Educação do Campo e Agroecologia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/ Expressão Popular, 2021.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Texto preparado para a aula inaugural do semestre do curso Licenciatura em Educação

do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Campus litoral. Rio Grande do Sul RS, 2020.

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Porto Alegre - RS, 2015.

CALDART, R. S. et al. **Educação do Campo e Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/ Expressão Popular, 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do campo: no campo da construção/destruição e disputa/conflitos de território/territorialidades**. Revista Nera, vol 22, nº. 48, p. 38-57, UNESP, 2019.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF. Audiência Pública - **Escolas do Campo do Distrito Federal**. Brasília – DF, 2020.

CARLA, Maria. **Governo Ibaneis atropela a democracia e impõe militarização no CEF 01 do Paranoá**. SINPRO. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/governo-ibaneis-atropela-a-democracia-e-impo-e-militarizacao-no-cef-01-do-paranoa/>. Acesso em: 02 Nov 2022.

CARVALHO, Letícia. **'Quem achar ruim que vá à justiça' diz Ibaneis sobre impor gestão compartilhada com PM em escolas que rejeitaram modelo**. G1. Disponível em em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/19/quem-achar-ruim-que-va-a-justica-diz-ibaneis-sobre-impor-gestao-compartilhada-com-pm-em-escolas-que-rejeitaram-modelo.ghtml>. Acesso 02 Nov. 2029.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Jean Brunhes: A atualidade de um geógrafo do início do século XX**. Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais. Volume 06, Nº 1. Recife, 2017.

CASSELLA, Vinícius; MARQUES, Marília. **Sargento da PM é afastado após denúncia de assédio sexual contra estudantes em escola militarizadas do DF**. Metrôpoles. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/04/sargento-da-pm-e-afastado-apos-d-enuncias-de-assedio-sexual-contra-estudantes-em-escola-militarizada-do-df.ghtml>. Acesso em: 2 Nov. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? In: \_\_\_\_\_. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Sofia. **Vídeo: aluna de escola militarizada na Estrutural no DF, Xinga policial e é levada para delegacia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/08/11/video-aluna-de-escola-militarizada-na-estrutural-no-df-xinga-policial-e-e-levada-para-delegacia.ghtml> Acesso em: 2 Nov. 2022.

COSTOLLI, Anderson; GALVÃO, Walder. **Vídeo: ação da PM em escola de Ceilândia acende polêmica sobre militarização**. Correio Braziliense, Brasília, abril de 2019. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/04/26/interna\\_cidadesdf,751735/video-acao-da-pm-em-escola-militarizada-acende-polemica-na-internet.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/04/26/interna_cidadesdf,751735/video-acao-da-pm-em-escola-militarizada-acende-polemica-na-internet.shtml). Acesso em: 2 Nov. 2022.

CUNHA, Tássio Barreto Cunha. **Do oculto ao invisível: Terra- água - trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no oeste da Bahia**. Programa de pós graduação em geografia. Centro de estudos de geografia do trabalho. São Paulo.UNESP, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

**Portaria 419, de 21 de dezembro de 2018**. Disponível em:

[https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/10/Portaria-419-de-20\\_12\\_2018.pdf](https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/10/Portaria-419-de-20_12_2018.pdf). Acesso em: 05 Set. 2022. Brasília. DF, 2018.

\_\_\_\_\_. Projeto Político Pedagógico Prof Carlos Motta do Distrito Federal. Brasília- DF, 2012. Disponível em:

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/projeto-politico-pedagogico-ppp-professor-carlos-motta-distrito-federal,5900c5d8-bfcb-44e0-b8fa-473565cf8a9f>. Acesso em: 29 Out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Portaria Conjunta nº 1, de 31 de janeiro de 2019**. Distrito Federal – DF, 2019.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 09, de 12 de setembro de 2019**. Distrito Federal – DF, 2019.

\_\_\_\_\_. **Portaria Conjunta nº 11, de outubro de 2019**. Distrito Federal – DF, 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI. **Plano de desenvolvimento rural sustentável do Distrito Federal- DF Mais Agro**. Brasília, 2021. Disponível em:

<http://www.agricultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/06/PDRS-IMPRESSAO-18-04-4.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2022.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a rede pública de ensino do Distrito Federal. Brasília – DF 2019.

\_\_\_\_\_. CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Atlas do Distrito Federal**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-df-2020/>. Acesso: 16 out. 2022. Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. **Portaria Conjunta N°22, de fevereiro de 2021**. Distrito Federal- DF, 2021.

DUTRA, Francisco. **“Tem de impor”, diz Bolsonaro a Ibaneis sobre militarização em escolas**. Metrôpoles. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/distrito-federal/tem-de-impor-diz-bolsonaro-a-ibaneis-sobre-militarizacao-em-escolas> Acesso em: 15 Nov 2022.

FENNER, André Luiz Dutra; ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; FRIEDRICH, Karen; MILHOMEM, Ana Paula. **Território Saudáveis e Sustentáveis (TSS) no Distrito Federal:**

agroecologia e impacto dos agrotóxicos. V. 46, N. Especial 2, P. 249-261. Rio de Janeiro, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1997.

FREITAS, Carlos de. **A pedagogia socialista: desenvolvendo a voz aos pioneiros da educação Russa**. In: CALDART, Roseli Salete; VILLAS BÔAS, R. L. (Orgs.). *Pedagogia Socialista. Legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular 2017, pág 233 a 259.

GARZON, Matheus. **Vice- diretor crítica comportamento de PM acusado de assediar aluna**. Metrôpoles. Disponível em: <https://mtech-homolog.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/vice-diretor-critica-comportamento-de-pm-acusado-de-assediar-aluna>. Acesso em: 2 Nov. 2022.

GUHUR, Dominique, SILVA, Nívia Regina da. et al. **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (orgs). *Dicionário de agroecologia e educação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/ Expressão Popular, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: Um debate**. Universidade Federal Fluminense. Setembro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Do corpo - território-corpo (da terra) contribuições decoloniais**. Geografia, vol 22, n.48. Niterói, 2020.

\_\_\_\_\_. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1º ed. Cidade Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós- Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2021.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LUZ, Dioclécio. **A escola do medo: vigilância, repressão e humilhação nas escolas militarizadas**. Editora: Tanto Mar Editores. Brasília, 2022.

MANÇANO, Bernardo Fernandes. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA- ano 8, n. 6. São Paulo, 2005.

MANÇANO, Bernardo Fernandes. et al. **Educação do Campo e território camponês no Brasil**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MANÇANO, Bernardes Fernandes (et al. org.). *Por uma educação do campo: Campo - políticas públicas- educação*. INCRA/MDA. Brasília, 2008.

MARQUES, Fernanda. **Resultados de pesquisa sobre agrotóxicos no DF são apresentados em seminário online**. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/resultados-de-pesquisa-sobre-agrotoxicos-no-df-sao-apresentados-em-seminario-online/>. Acesso em: 19 out. 2022.

MARTINS, Rafaela. **Durante abordagem policial, aluno é jogado no chão e algemado no CED 1**. Correio Braziliense. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2022/05/5011800-durante-abordagem-policial-aluno-e-jogado-no-chao-em-escola-do-df.html>. Acesso em: 02 Nov. 2022.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR. **Trabalho e dinâmicas territoriais no campo**: Os povos cerradeiros na luta por um território livre. Unesp/SP. Revista Pegada-Vol. 12 n°2. Dezembro 2011.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2° ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna. et al. **A constitucionalidade e justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MANÇANO, Bernardes Fernandes (et al. org.). Por uma educação do campo: Campo - políticas públicas- educação. INCRA/MDA. Brasília, 2008.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação**: O biopoder e a sociedade de controle. Universidade Federal da Grande Dourados -UFGD, Mato Grosso do Sul, 2009.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. IN: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PULJIZ, Mara; EVARISTO, Hugo. **Após ameaçar ‘arrebentar’ estudante, Conselho de Segurança faz reunião no CED da Estrutural**. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/11/apos-pm-ameacar-arrebentar-estudante-ante-conselho-de-seguranca-faz-reuniao-no-ced-01-da-estrutural.ghtml>. Acesso em: 2 Nov de 2022.

PULJIZ, Mara. **Ministério Público cancela nota técnica que considerava legal projeto ‘Escola de Gestão compartilhada’ no DF e pede afastamento de militares**. G1DF. Brasília, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/11/ministerio-publico-cancela-nota-tecnica-que-considerava-legal-projeto-escola-de-gestao-compartilhada-no-df-e-pede-afastamento-de-militares.ghtml>. Acesso em: 02 Nov 2022.

QUINTINO, Roberta. **Em Brazlândia (DF), famílias do acampamento Noelton Angélico denunciam grilagem**. Brasil de fato. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/01/31/em-brazlandia-df-familias-do-acampamento-noelton-angelico-denunciam-grilagem>. Acesso em: 20 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **DF: MST denuncia ataque de grileiros em ocupação na região de Planaltina**. Brasil de fato. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/02/df-mst-denuncia-ataque-de-grileiros-em-ocupacao-na-regiao-de-planaltina>. Acesso em: 20 out. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo- SP. Editora Ática, 1993.

SALDAÑA, Paulo. **MEC garante R\$ 10 mi para projeto - piloto de escolas militares no DF**. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/mec-garante-r-10-mi-para-projeto-piloto-de-escolas-militares-no-df.shtml>. Acesso em: 14 Nov. 2022.

SAMPAIO, Cristiane. **Santuário indígena é ameaçado por bairro de alto padrão em Brasília**. Brasil de Fato. Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2017/12/05/santuario-indigena-e-ameacado-por-bairro-de-alto-padrao-em-brasilia/?\\_\\_cf\\_chl\\_tk=3D4YB1DiaYay.3YwSgUK.r1RLWv3lXkAUh3KG5F1glI-1664909179-0-gaNycGzNCVE](https://www.brasildefato.com.br/2017/12/05/santuario-indigena-e-ameacado-por-bairro-de-alto-padrao-em-brasilia/?__cf_chl_tk=3D4YB1DiaYay.3YwSgUK.r1RLWv3lXkAUh3KG5F1glI-1664909179-0-gaNycGzNCVE). Acesso em: 04 Out. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio et al. **Por uma abordagem territorial**. IN: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1º Edição. São Paulo. Editora: Expressão Popular, 2009

SINPRO. **Militarização das escolas públicas: engodo para combater a violência e melhorar o desempenho escolar**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/militarizacao-das-escolas-publicas-engodo-para-combater-a-violencia-e-melhorar-o-desempenho-escolar/>. Acesso em: 23 Out. 2022.

SILVA, Luan do Carmo. et al. **Questões socioespaciais da produção de alimentos**. In: RÓTULO, Tatiane; SILVA, Thiago de Faria; HAMID, Sônia Cristina; SILVA, Luan do Carmo; PIMENTEL, Giuliane da Silva (et al. org.). Laboratório de cultura e história da alimentação, práticas de educação e pesquisa, vol. 1. IFB. Brasília, 2020.

SOARES, Gervásio Barbosa Neto. **Atlas Geomorfológico: Arquétipos Geomorfométricos do Distrito Federal**. IFB/ Brasília, 2020 - texto não publicado.

SOUZA, Marcos Aurélio et, al. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In:SAQUET, Marcos Aurélio (org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1º Edição. São Paulo. Editora: Expressão Popular, 2009

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TERRACAP. **Acordo com tribos indígenas permitirá conclusão da via W9 no Noroeste**. Disponível em: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/noticias/811-acordo-com-tribos-indigenas-permitira-conclusao-da-via-w9-no-noroeste>. Acesso em: 04 de Out. 2022.

VASCONCELOS, Thalita. **MPDFT denuncia grileiros que atuavam em São Sebastião**. Metrôpoles. Brasília, 2022. Disponível em: [metropoles.com/distrito-federal/mpdft-denuncia-grileiros-que-atuavam-em-sao-sebastiao](https://metropoles.com/distrito-federal/mpdft-denuncia-grileiros-que-atuavam-em-sao-sebastiao). Acesso em: 20 out. 2022.

**ANEXOS**

ANEXO A— SOLICITAÇÃO DE DADOS ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTOS DF, E OS MOVIMENTOS QUE ELES FAZEM PARTE

**Dados do Pedido**

Protocolo	00070000128202263
Solicitante	Adriana Pereira Santos
Data de abertura	08/09/2022
Orgão Superior Destinatário	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	28/09/2022
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	Bom dia! venho por meio desse solicitar a Secretária de Agricultura dados dos assentamentos e acampamentos no Distrito Federal, nome, quantidade de famílias, área, região administrativa e ano de criação. Os dados serão utilizados em meu trabalho de conclusão de curso - TCC Desde já agradeço. Adriana Pereira Santos  Contato (61) 983019388

**Dados da Resposta**

Data de resposta	15/09/2022
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Boa tarde, segue listagem solicitada. Dúvidas, entrar em contato com Gleide no 30516300. Atenciosamente, Ouvidoria da Seagri.

**Classificação do Pedido**

Categoria do pedido	Agricultura, extrativismo e pesca
Subcategoria do pedido	Organização agrária

Número de perguntas 1

**Histórico do Pedido**

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
08/09/2022	Pedido Registrado para o Órgão Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	SOLICITANTE
15/09/2022	Pedido Respondido	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

15/09/2022 17:04

SEI/GDF - 95687588 - Despacho



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL**  
 Subsecretaria de Políticas Sociais Rurais, Abastecimento e Comercialização  
 Diretoria de Políticas Sociais Rurais

Despacho - SEAGRI/SPAC/DPSR

Brasília-DF, 15 de setembro de 2022.

À SPAC,

Senhor Subsecretário, conforme pedido de manifestação vide Doc. id 95121212, acerca dos dados dos assentamentos e acampamentos no Distrito Federal, nome, quantidade de famílias, área, região administrativa e ano de criação, encaminho abaixo tabela com as informações identificadas na base de dados desta Diretoria:

ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS RURAIS - DF					
N	NOME	Nº FAMÍLIA	DOMINIALIDADE	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO e Ano de Criação
1	Estrela da Lua	7	TERRACAP - PRAT*	Paranoá	Assentamento - 2013
2	Camapuã	19	TERRACAP - PRAT	São Sebastião	Assentamento - 2013
3	1º de Julho	60	TERRACAP - PRAT	São Sebastião	Assentamento - 2013
4	15 de Agosto	54	TERRACAP - PRAT	São Sebastião	Assentamento - 2014
5	Santarém	29	TERRACAP - PRAT	Ceilândia	Assentamento - 2016
6	Patrícia e Aparecida	24	TERRACAP - PRAT	Paranoá	Assentamento - 2018
7	10 de Junho	35	TERRACAP - PRAT	Recanto das Emas	Assentamento - 2014 Não implantado
8	Pinheiral	71	TERRACAP - PRAT	São Sebastião	Assentamento - 2020 Não implantado
9	Oziel Alves	170	INCRA	Sobradinho	Assentamento - 2012
10	Pequeno William	21	INCRA	Planaltina	Assentamento - 2012
11	Márcia Cordeiro Leite	64	INCRA	Planaltina	Assentamento - 2012
12	Três Conquistas	65	GDF	Paranoá	Assentamento reconhecido pelo INCRA em 1998
13	Recanto da Conquista	18	GDF	São Sebastião	Assentamento reconhecido pelo INCRA em 1998
14	Sítio Novo	38	GDF	Planaltina	Assentamento reconhecido pelo INCRA em 1998
15	Fazenda Larga	83	GDF	Planaltina	Assentamento reconhecido pelo INCRA em 1996
16	Córrego dos Coqueiros	102	GDF		Assentamento reconhecido pelo INCRA em 1997
17	Nova Vitória	25	GDF	São Sebastião	Assentamento reconhecido pelo INCRA em 1997
18	Zumbi dos Palmares	58	GDF	São Sebastião	Assentamento reconhecido pelo INCRA em 1997
ÁREAS EM FASE DE ESTUDO AMBIENTAL					
1	Fascinação	17	TERRACAP - PRAT	Gama	Acampamento - Em fase de Licenciamento
2	Roseli Nunes	29	TERRACAP - PRAT	Planaltina	Acampamento - em adequação - PDOT
3	8 de Março	29	TERRACAP - PRAT	Planaltina	Acampamento - Em fase de Licenciamento
8	Chapadinha	44	INCRA	Brazlândia	Acampamento - Em fase de Licenciamento
9	Canaã	65	INCRA	Brazlândia	Área de Regularização Fundiária
10	Renascer Palmares	60	INCRA	Planaltina	Acampamento
11	Doroty Stang	11	INCRA	Brazlândia	Área de Regularização Fundiária
17	Graziela Alves	10	INCRA	Brazlândia	Área de Regularização Fundiária
18	Gabriela Monteiro	21	INCRA	Brazlândia	Área de Regularização Fundiária
19	El Shaday	7	INCRA	Brazlândia	Área de Regularização Fundiária
TOTAL DE FAMÍLIAS ASSENTADAS 1997 a 2020		837			
Famílias Assentadas pelo PRAT (2013 a 2020)		193			

PRAT \* Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais

15/09/2022 17:04

SEI/GDF - 95687588 - Despacho

Ademais, acostamos aos autos algumas áreas apenas identificadas por na base de dados, oficializada por lideranças de movimentos sociais, porém sem estudo de viabilidade, áreas pouco conhecidas por esta Diretoria.

SITUAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA ÁREA	Nº ESTIMADO DE FAMÍLIAS	LOCALIZAÇÃO
ACAMPAMENTO	18 de fevereiro	27	Ceilândia
ACAMPAMENTO	27 de Setembro	22	Gama
ACAMPAMENTO	7 Estrelas	36	Ceilândia
ACAMPAMENTO	Betel	111	Brazlândia
ACAMPAMENTO	Carlos Mariguela	70	S. Sebastião - Área foi destinada para criação de polo agroindustrial
ACAMPAMENTO	Carlos prestes(Rajadinha)	250	Paranoá
ACAMPAMENTO	Cava de Cima	27	S. Sebastião
ACAMPAMENTO	Chê Guevara	260	Samambaia
ACAMPAMENTO	Dandara	94	Gama
ACAMPAMENTO	Deus é Nossa Força	124	Brazlândia
ACAMPAMENTO	Margarida Alves	140	Sobradinho
ACAMPAMENTO	Monte Horebe	167	Brazlândia
ACAMPAMENTO	N. Rural Sobradinho II	25	Sobradinho
ACAMPAMENTO	Nelson Mandela	200	Sobradinho
ACAMPAMENTO	Noelton Angélico	140	Brazlândia
ACAMPAMENTO	Por do Sol	90	Sobradinho/ Planaltina
ACAMPAMENTO	Renascer/Palmares	80	Planaltina
ACAMPAMENTO	Rodeio	134	Brazlândia
ACAMPAMENTO	Rosa Luxemburgo	234	Samambaia
ACAMPAMENTO	Terra Prometida	35	Planaltina
ACAMPAMENTO	Tiradentes	65	S. Sebastião Área inviabilizada para criação de assentamento por sobreposição de ocupações na região.

Atenciosamente,

**Gleide Virgolino**

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **GLEIDE CELIA VIRGOLINO DA SILVA - Matr.1661713-4, Diretor(a) de Políticas Sociais Rurais**, em 15/09/2022, às 16:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 verificador= 95687588 código CRC= 0525D462.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica - Bairro Asa Norte - CEP 70770-914 - DF

00070-00006922/2022-93

Doc. SEI/GDF 95687588

**Dados do Pedido**

Protocolo	00070000146202245
Solicitante	Adriana Pereira Santos
Data de abertura	13/10/2022
Orgão Superior Destinatário	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	03/11/2022
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	<p>Bom dia! Realizei um pedido solicitando os dados dos assentamento e acampamento, quero agradecer pela rapidez e organização. Logo, meu trabalho exigiu mais uma informação "o nome dos movimentos" que esses assentamentos e acampamentos fazem parte. Dessa forma, gostaria de solicitar mais essa informação com vocês.</p> <p>Os dados serão utilizados em meu trabalho de conclusão de curso - TCC Desde já agradeço. Adriana Pereira Santos</p>

**Dados da Resposta**

Data de resposta	20/10/2022
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Boa tarde, encaminho em anexo as informações solicitadas. Atenciosamente, Ouvidoria da Secretaria de Agricultura.

**Classificação do Pedido**

Categoria do pedido	Agricultura, extrativismo e pesca
Subcategoria do pedido	Solos
Número de perguntas	1

**Histórico do Pedido**

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
13/10/2022	Pedido Registrado para o Órgão Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	SOLICITANTE
20/10/2022	Pedido Respondido	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

20/10/2022 15:25

SEI/GDF - 98061001 - Despacho



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO**  
**RURAL DO DISTRITO FEDERAL**  
 Subsecretaria de Políticas Sociais Rurais, Abastecimento e Comercialização  
 Diretoria de Políticas Sociais Rurais

Despacho - SEAGRI/SPAC/DPSR

Brasília-DF, 18 de outubro de 2022.

**À SPAC,**

Senhor Subsecretário, conforme pedido de manifestação vide Doc. id 97700304, encaminho abaixo tabela com as informações identificadas na base de dados desta Diretoria:

	<b>ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS RURAIS - DF</b>	<b>MOVIMENTO SOCIAL</b>
1	Estrela da Lua	<b>MATR</b>
2	Camapuã	<b>STTR/FETA - DF</b>
3	1º de Julho	<b>STTR/FETA - DF</b>
4	15 de Agosto	<b>FETRAF</b>
5	Santarém	<b>STTR/FETA - DF</b>
6	Patrícia e Aparecida	<b>FNL</b>
7	10 de Junho	<b>FNL</b>
8	Pinheiral	<b>STTR</b>
9	Oziel Alves	<b>MST</b>
10	Pequeno William	<b>MST</b>
11	Márcia Cordeiro Leite	<b>MATR</b>
12	Três Conquistas	<b>INFORMAÇÃO DESCONHECIDA</b>
13	Recanto da Conquista	<b>INFORMAÇÃO DESCONHECIDA</b>
14	Sítio Novo	<b>INFORMAÇÃO DESCONHECIDA</b>
15	Fazenda Larga	<b>STTR/FETA - DF</b>
16	Córrego dos Coqueiros	<b>INFORMAÇÃO DESCONHECIDA</b>

20/10/2022 15:25

SEI/GDF - 98061001 - Despacho

17	Nova Vitória	<b>INFORMAÇÃO DESCONHECIDA</b>
18	Zumbi dos Palmares	<b>INFORMAÇÃO DESCONHECIDA</b>
<b>ÁREAS EM FASE DE ESTUDO AMBIENTAL</b>		
1	Fascinação	<b>MATR</b>
2	Roseli Nunes	<b>MST</b>
3	8 de Março	<b>MST</b>
8	Chapadinha	<b>FETRAF</b>
9	Canaã	<b>MST</b>
10	Renascer Palmares	<b>FNL</b>
11	Doroty Stang	<b>MST</b>
17	Graziela Alves	<b>MST</b>
18	Gabriela Monteiro	<b>MST</b>
19	El Shaday	<b>MST</b>

<b>SITUAÇÃO</b>	<b>DENOMINAÇÃO DA ÁREA</b>	<b>MOVIMENTO SOCIAL</b>
ACAMPAMENTO	18 de fevereiro	<b>MST</b>
ACAMPAMENTO	27 de Setembro	<b>MST</b>
ACAMPAMENTO	7 Estrelas	<b>MATR</b>
ACAMPAMENTO	Betel	<b>FETRAF</b>
ACAMPAMENTO	Carlos Mariguela	<b>FNL</b>
ACAMPAMENTO	Carlos prestes(Rajadinha)	<b>FNL</b>
ACAMPAMENTO	Cava de Cima	<b>STTR/FETA - DF</b>
ACAMPAMENTO	Chê Guevara	<b>FNL</b>
ACAMPAMENTO	Dandara	<b>FNL</b>
ACAMPAMENTO	Deus é Nossa Força	<b>FETRAF</b>
ACAMPAMENTO	Margarida Alves	<b>FNL</b>

20/10/2022 15:25

SEI/GDF - 98061001 - Despacho

ACAMPAMENTO	Monte Horebe	<b>FETRAF</b>
ACAMPAMENTO	N. Rural Sobradinho II	<b>MSL</b>
ACAMPAMENTO	Nelson Mandela	<b>FNL</b>
ACAMPAMENTO	Noelton Angélico	<b>MST</b>
ACAMPAMENTO	Por do Sol	<b>MATR</b>
ACAMPAMENTO	Renascer/Palmares	<b>MATR</b>
ACAMPAMENTO	Rodeio	<b>FETRAF</b>
ACAMPAMENTO	Rosa Luxemburgo	<b>FNL</b>
ACAMPAMENTO	Terra Prometida	<b>FETRAF</b>
ACAMPAMENTO	Tiradentes	<b>STTR/FETA - DF</b>

Atenciosamente,

**Gleide Virgolino**

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **GLEIDE CELIA VIRGOLINO DA SILVA - Matr.1661713-4, Diretor(a) de Políticas Sociais Rurais**, em 19/10/2022, às 16:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0  
 verificador= **98061001** código CRC= **DC5950BF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica - Bairro Asa Norte - CEP 70770-914 - DF

## ANEXO B — PEDIDO A SEEDF REFERENTE ÀS ESCOLAS DO CAMPO E AS ESCOLA MILITARIZADAS DO DF

### Dados do Pedido

Protocolo	00080000466202286
Solicitante	Adriana Pereira Santos
Data de abertura	30/09/2022
Orgão Superior Destinatário	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	03/11/2022
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	Venho por meio deste, solicitar mais alguns dados para a pesquisa que estou realizando sobre a Gestão compartilhada e a Educação do campo no Distrito Federal. Estou precisando valores que são gastos com esses modelos educacionais. 1) Qual valor gasto para implementação das escolas EGCS e PECIM. 2) Qual a gratificação dos monitores e gestores para esses modelos. 3) A educação do campo, qual valor anual e mensal recebido? 4) Existe alguma gratificação para esse modelo? Quais e qual valor? 5) Existe monitores, para educação do campo? Desde já agradeço

### Dados da Resposta

Data de resposta	28/10/2022
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezada Senhora Adriana Pereira Santos, boa tarde!  Com nossos cumprimentos, segue resposta referente ao seu pedido de informação. Por gentileza, acesse o anexo.  Atenciosamente, Ouvidoria da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

### Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Educação
Subcategoria do pedido	Profissionais da educação
Número de perguntas	5

### Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
30/09/2022	Pedido Registrado para o Órgão Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	SOLICITANTE
24/10/2022	Pedido Prorrogado	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
28/10/2022	Pedido Respondido	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**  
 Diretoria de Planejamento  
 Gerência de Planejamento Orçamentário

Despacho - SEE/SUPLAV/UNIPLAN/DIPLAN/GPOR

Brasília-DF, 05 de outubro de 2022.

**À DIPLAN,**

Trata-se da Manifestação (Protocolo nº 00080000466202286), da Senhora Adriana Pereira Santos, apresentando o Pedido de Acesso à Informação quanto ao seguinte:

- 1) Qual valor gasto para implementação das escolas EGCS e PECIM.
- 2) Qual a gratificação dos monitores e gestores para esses modelos.
- 3) A educação do campo, qual valor anual e mensal recebido?
- 4) Existe alguma gratificação para esse modelo? Quais e qual valor?
- 5) Existe monitores, para educação do campo?"

Instada a se manifestar, em 96961329, esta Gerência de Planejamento Orçamentário (GPOR) esclarece que o Orçamento da Secretaria de Estado de Educação é organizado conforme as etapas de ensino, estando detalhadas apenas as modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Profissional, não havendo especificação quanto aos valores destinados especificamente às Escolas da Educação do Campo ou às da Gestão Compartilhada, haja vista que, as demais modalidades ou subgrupos de escolas, são contempladas no planejamento orçamentário na medida em que estão inseridas nas respectivas etapas/modalidades de ensino.

Por acréscimo, a GPOR informa que, o planejamento orçamentário desta SEEDF também é organizado conforme grandes grupos de despesas, globais, não havendo como identificar os valores a serem destinados por Unidade de Ensino ou por atividade específica.

Assim, restamos impossibilitados de esclarecer aos questionamentos elencados no presente da forma como foram feitos.

**Allana Paola Velasco Castro Marra**

Gerente de Planejamento Orçamentário



Documento assinado eletronicamente por **ALLANA PAOLA VELASCO CASTRO MARRA - Matr. 0215475-7, Gerente de Planejamento Orçamentário**, em 05/10/2022, às 16:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=97165699](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=97165699) código CRC= **28BA6353**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

Despacho - SEE/SUPLAV

Brasília-DF, 06 de outubro de 2022.

**À Ouvidoria,**

Em atendimento ao Memorando 591 (SEI nº 96801263), correlacionando a **Manifestação** - E-Sic 00080000466202286 (SEI nº 96802525), nos seguintes termos:

"Venho por meio deste solicitar alguns dados sobre a Gestão compartilhada e a Educação do campo no Distrito Federal. Estou precisando dos valores que são gastos com esses modelos educacionais.

- 1) Qual valor gasto para implementação das escolas EGCS e PECIM.
- 2) Qual a gratificação dos monitores e gestores para esses modelos.
- 3) A educação do campo, qual valor anual e mensal recebido?
- 4) Existe alguma gratificação para esse modelo? Quais e qual valor?
- 5) Existe monitores, para educação do campo?"

Encaminha-se o Despacho SEE/SUPLAV/UNIPLAN/DIPLAN/GPOR (SEI nº 97165699), em conformidade com as diretrizes orçamentárias da Secretaria de Estado de Educação.

Isto posto, esta Subsecretaria coloca-se à disposição para mais esclarecimentos e orientações, caso sejam necessários.

Atenciosamente,

**Cleidimar Carvalho Marciano**

Chefe da Unidade de Planejamento - UNIPLAN/SUPLAV



Documento assinado eletronicamente por **CLEIDIMAR CARVALHO MARCIANO - Matr.0248364-5, Chefe da Unidade de Planejamento**, em 06/10/2022, às 13:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **97202345** código CRC= **322CD337**.

\*Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade\*



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**  
 Subsecretaria de Gestão de Pessoas  
 Assessoria de Apoio Técnico

Despacho - SEE/SUGEP/ASTEC

Brasília-DF, 07 de outubro de 2022.

**À Ouvidoria,**

De ordem da Subsecretária de Gestão de Pessoas da SEEDF.

Encaminham-se os autos com manifestação da área técnica desta Subsecretaria, Despacho - SEE/SUGEP/DIPAE 97334053, frente à indagação da interessada esclarecemos que, no que tange a Educação no Campo no Distrito Federal, existe sim gratificação prevista na Lei Nº 5.105, de 03 de maio de 2013, a qual reza em seu artigo 21 o que se segue:

Art. 21. Fazem jus ao recebimento da GAZR os servidores da carreira magistério Público que estejam em efetivo exercício em unidades escolares situadas na zona rural do Distrito Federal.

No que se refere ao valor da gratificação, a citada lei estabelece o seguinte:

Art. 17. Os vencimentos dos cargos de professor de educação básica e de pedagogo-orientador educacional da carreira magistério Público do Distrito Federal são compostos das seguintes parcelas:

I – Vencimento Básico, na forma dos Anexos II, III, IV, V, VI e VII, observados os regimes de trabalho, a habilitação do servidor e as datas de vigência neles especificadas;

(...)

**V – Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, passa a ser calculada no percentual de quinze por cento do vencimento básico do padrão I da etapa em que o servidor esteja posicionado;**

Por fim, a Subsecretária da Subsecretaria de Gestão de Pessoas está de acordo com a manifestação exarada pelo despacho supra, e juntamente com as áreas técnicas vinculadas estão à disposição para prestar outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

**RAUL LUÍS DE MELO DUSI**

**ASTEC/SUGEP/SEE**



Documento assinado eletronicamente por **RAUL LUIS DE MELO DUSI - Matr.0205975-4, Professor(a) de Educação Básica**, em 07/10/2022, às 12:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 verificador= **97348157** código CRC= **ED7AE084**.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Educação Básica

Despacho - SEE/SUBEB

Brasília-DF, 17 de outubro de 2022.

Referência: Protocolo e-SIC 00080000466202286.

Assunto: Lei de Acesso à Informação – LAI.

À Ouvidoria,

1. Trata-se do Pedido de Acesso à Informação protocolado junto ao Serviço de Informação ao Cidadão eSIC - Protocolo nº 00080000466202286, na data de 30/09/2022, recebido via Memorando 591 (96801263) da Ouvidoria, no qual a Cidadã solicita informações sobre:

"Venho por meio deste solicitar alguns dados sobre a Gestão compartilhada e a Educação do campo no Distrito Federal. Estou precisando dos valores que são gastos com esses modelos educacionais.

- 1) Qual valor gasto para implementação das escolas EGCS e PECIM?
- 2) Qual a gratificação dos monitores e gestores para esses modelos?
- 3) A educação do campo, qual valor anual e mensal recebido?
- 4) Existe alguma gratificação para esse modelo? Quais e qual valor?
- 5) Existe monitores, para educação do campo?"

2. Ressalta-se que, dentro das competências da Subsecretaria de Educação Básica, foi encaminhado à Gerência de Atenção à Educação do Campo (97420444) para esclarecimentos acerca do aspecto pedagógico, constante no item 5. Em devolutiva, a área técnica esclarece à Cidadã que:

(...) nenhuma escola do campo está no modelo de Gestão Compartilhada e que todas as solicitações contidas no Memorando nº 591 (96801263) já foram encaminhadas as Subsecretarias responsáveis pelas informações.

(...) informa que há servidores ocupantes do cargo de Monitor de Gestão Educacional concursados, atuando em Escolas do Campo da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

3. Corroborando o exposto pela área técnica vinculada, encaminha-se para conhecimento e prosseguimento das ações.

**SOLANGE FOIZER SILVA**

Subsecretária de Educação Básica



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE FOIZER SILVA - Matr.0248129-4**, **Subsecretário(a) de Educação Básica**, em 18/10/2022, às 09:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

Despacho SEE/SUBEB 97893480

SEI 00080-00228086/2022-69 / pg. 7



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**  
 Subsecretaria de Gestão de Pessoas  
 Assessoria de Apoio Técnico

***no percentual de quinze por cento do vencimento básico do padrão I da etapa em que o servidor esteja posicionado;"***

3. Ocorre que esta Ouvidoria, por meio do Despacho - SEE/GAB/OUVIDORIA 98101126, solicitou o pronunciamento desta SUGEP acerca das informações solicitadas no item 2, bem como possível complementação referente ao item 5.
4. Neste sentido, no que se refere ao item "2) *Qual a gratificação dos monitores e gestores para esses modelos*", cumpre ratificar os termos do Despacho - SEE/SUGEP/DIPAE 97334053, já acolhido e encaminhado por esta Subsecretaria (Despacho - SEE/SUGEP/ASTECC 97348157), o qual informa que o valor Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR é calculada no percentual de quinze por cento do vencimento básico do padrão I da etapa em que o servidor esteja posicionado, conforme art. 17, inciso V, da Lei Nº 5.105/2013.
5. Quanto ao item "5) *Existe monitores, para educação do campo?*", encaminha-se o Despacho - SEE/SUGEP/DISET 98514565, acolhido por esta Subsecretaria, o qual informa que não possui complementação ao Despacho - SEE/SUBEB/UNIGAEB/DIMESP/GCAM (97828477), que esclarece que "...há servidores ocupantes do cargo de Monitor de Gestão Educacional concursados, atuando em Escolas do Campo da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal...".
6. Ante ao exposto, prestadas todas as informações solicitadas por essa Ouvidoria, restitui-se o presente processo, para análise e providências pertinentes.

AMÉLIA MOURA NAKAO  
 Chefe da Assessoria de Apoio Técnico



Documento assinado eletronicamente por **AMÉLIA ROSA LEITE MOURA NAKAO - Matr.0247192-2, Chefe da Assessoria de Apoio Técnico**, em 26/10/2022, às 10:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 verificador= **98615186** código CRC= **AB3C3719**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511 Bloco B Ed. Bittar III - Bairro ASA NORTE - CEP 70.750-543 - DF

## ANEXO C — SOLICITAÇÃO DE DADOS CRIMES DIVERSOS 2019 A 2022

**Dados do Pedido**

Protocolo	00050000168202243
Solicitante	Adriana Pereira Santos
Data de abertura	01/11/2022
Orgão Superior Destinatário	Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	22/11/2022
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	<p>Bom dia! Meu nome é Adriana Pereira Santos, sou estudantes estou precisando de alguns dados para a realização do meu trabalho de conclusão de curso TCC. Por isso, venho por meio deste solicitar alguns dados junto a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal SSP/DF, eles são: Homicídio, roubos, tráfico de drogas, uso e porte de armas, período 2019 a 2022. Das seguintes Regiões administrativas-RAs: Planaltina, Samambaia, Gama, Sobradinho, Estrutural, Ceilândia, Recanto das Emas, Brazlândia, Paranoá, Itapoã, Riacho Fundo II, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Santa Maria e Lago Norte. Se possível por faixa etária e cor.</p> <p>Desde já muito obrigada.</p> <p>Contato (61) 983019388 Email: drikareirasantos@gmail.com</p>

**Dados da Resposta**

Data de resposta	21/11/2022
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	<p>Prezado(a) Sr(a),</p> <p>Sobre o pedido E-SIC 00050000168202243 informamos seu recebimento nesta Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal por meio do Registro de Atendimento nº 6141/2022 (Protocolo nº 2275892/2022), o qual foi encaminhado ao Departamento de Inteligência, Tecnologia e Gestão da Informação - DGI, para avaliação do atendimento.</p> <p>Em resposta aquela unidade policial administrativa encaminhou a informação anexa (SEI - 100141259).</p> <p>Agradecemos o contato e nos colocamos à disposição para eventuais necessidades.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Ouvidoria/PCDF</p>

**Classificação do Pedido**

Categoria do pedido	Defesa e Segurança
Subcategoria do pedido	Segurança pública
Número de perguntas	4

Subcategoria do pedido                      Segurança pública

Número de perguntas                      4

#### Histórico do Pedido

<b>Data do evento</b>	<b>Descrição do evento</b>	<b>Responsável</b>
01/11/2022	Pedido Registrado para o Órgão Secretaria de Estado de Segurança Pública	SOLICITANTE
01/11/2022	Pedido Reencaminhado para o Órgão Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF	Secretaria de Estado de Segurança Pública
21/11/2022	Pedido Respondido	Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA, TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO  
Divisão de Análise Técnica e Estatística – DATE  
Seção de Estatística - SE



Nr.: 399/2022

Prot.: 2275892/2022-DATE

SEI.: 00052-00030532/2022-52

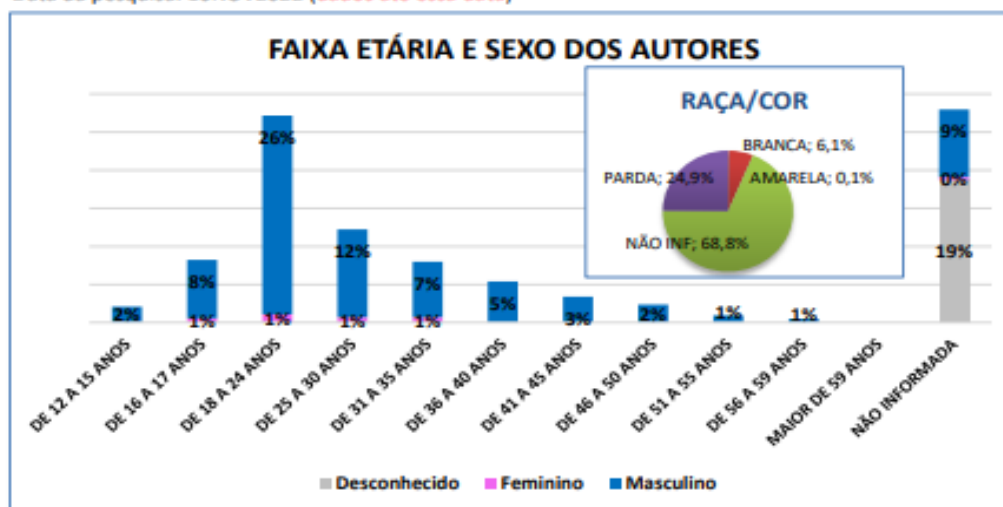
### REGISTROS RELACIONADOS A HOMICÍDIOS PERÍODO: 2019 A 2022\*

REGIÃO ADMINISTRATIVA	2019	2020	2021	2022	Total
RA 02_GAMA	19	16	12	5	52
RA 03_TAGUATINGA	16	20	14	17	67
RA 04_BRAZLÂNDIA	2	5	9	7	23
RA 05_SOBRADINHO	17	6	7	2	32
RA 06_PLANALTINA	42	37	16	12	107
RA 07_PARANOÁ	17	15	14	8	54
RA 08_NÚCLEO BANDEIRANTE		2	2	3	7
RA 09_CEILÂNDIA	76	52	45	30	203
RA 12_SAMAMBAIA	43	40	20	18	121
RA 13_SANTA MARIA	21	18	17	13	69
RA 15_RECANTO DAS EMAS	17	23	11	21	72
RA 18_LAGO NORTE	2	1	2	2	7
RA 21_RIACHO FUNDO II	9	7	10	3	29
RA 25 ESTRUTURAL	19	12	19	11	61
RA 28_ITAPOÃ	23	14	12	9	58
<b>Total</b>	<b>323</b>	<b>268</b>	<b>210</b>	<b>161</b>	<b>962</b>

Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)



Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA, TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO  
Divisão de Análise Técnica e Estatística - DATE  
Seção de Estatística - SE



Nr.: 399/2022

Prot.: 2275892/2022-DATE

SEI: 00052-00030532/2022-52

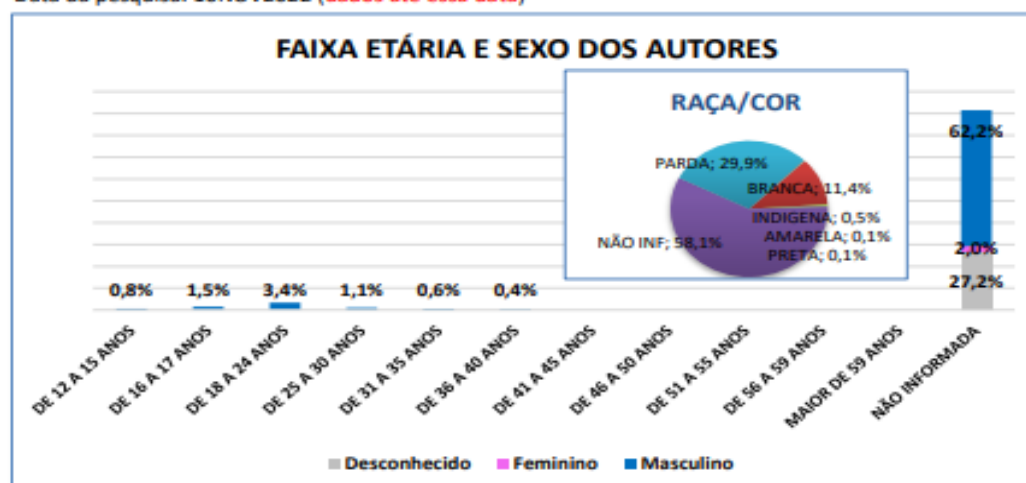
### REGISTROS RELACIONADOS A ROUBOS PERÍODO: 2019 A 2022\*

REGIÃO ADMINISTRATIVA	2019	2020	2021	2022	Total
RA 02_GAMA	3.535	2.110	1.794	1.406	8.845
RA 03_TAGUATINGA	7.052	4.881	4.624	3.370	19.927
RA 04_BRAZLÂNDIA	713	548	383	354	1.998
RA 05_SOBRADINHO	1.740	1.023	672	490	3.925
RA 06_PLANALTINA	3.931	2.405	1.927	1.392	9.655
RA 07_PARANOÁ	1.794	1.116	1.087	1.207	5.204
RA 08_NÚCLEO BANDEIRANTE	442	392	221	213	1.268
RA 09_CELÂNDIA	12.607	8.003	6.808	6.506	33.924
RA 12_SAMAMBAIA	8.316	5.271	4.674	3.755	22.016
RA 13_SANTA MARIA	3.840	2.675	2.197	1.813	10.525
RA 15_RECANTO DAS EMAS	4.454	2.649	2.408	1.598	11.109
RA 18_LAGO NORTE	308	250	142	85	785
RA 21_RIACHO FUNDO II	1.236	859	686	454	3.235
RA 25 ESTRUTURAL	1.308	764	648	640	3.360
RA 28_ITAPOÁ	1.698	1.492	1.060	995	5.245
<b>Total</b>	<b>52.974</b>	<b>34.438</b>	<b>29.331</b>	<b>24.278</b>	<b>141.021</b>

Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)



Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA, TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO  
Divisão de Análise Técnica e Estatística – DATE  
Seção de Estatística - SE



Nr.: 399/2022

Prot.: 2275892/2022-DATE

SEL: 00052-00030532/2022-52

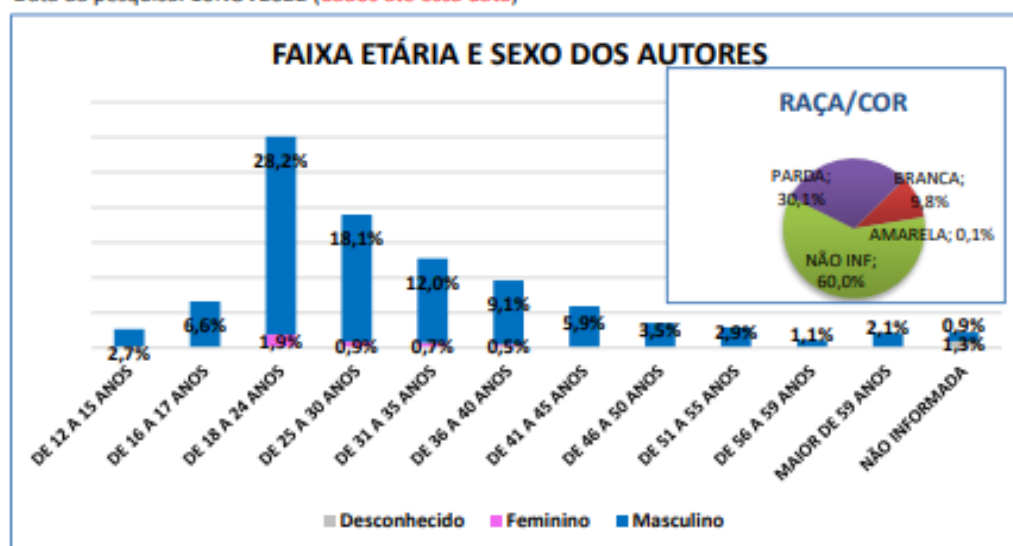
### REGISTROS RELACIONADOS A PORTE/POSSE DE ARMA DE FOGO PERÍODO: 2019 A 2022\*

REGIÃO ADMINISTRATIVA	2019	2020	2021	2022	Total
RA 02_GAMA	76	72	74	60	282
RA 03_TAGUATINGA	47	62	91	55	255
RA 04_BRAZLÂNDIA	23	61	38	29	151
RA 05_SOBRADINHO	27	28	25	35	115
RA 06_PLANALTINA	141	152	102	99	494
RA 07_PARANOÁ	49	34	60	46	189
RA 08_NÚCLEO BANDEIRANTE	6	8	8	3	25
RA 09_CEIILÂNDIA	228	178	151	147	704
RA 12_SAMAMBAIA	99	140	104	73	416
RA 13_SANTA MARIA	66	82	48	65	261
RA 15_RECANTO DAS EMAS	59	65	73	66	263
RA 18_LAGO NORTE	12	2	3	6	23
RA 21_RIACHO FUNDO II	14	19	18	13	64
RA 25 ESTRUTURAL	48	70	60	29	207
RA 28_ITAPOÃ	27	42	33	30	132
<b>Total</b>	<b>922</b>	<b>1.015</b>	<b>888</b>	<b>756</b>	<b>3.581</b>

Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)



Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA, TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO  
Divisão de Análise Técnica e Estatística – DATE  
Seção de Estatística - SE



Nr.: 399/2022

Prot.: 2275892/2022-DATE

SEL.: 00052-00030532/2022-52

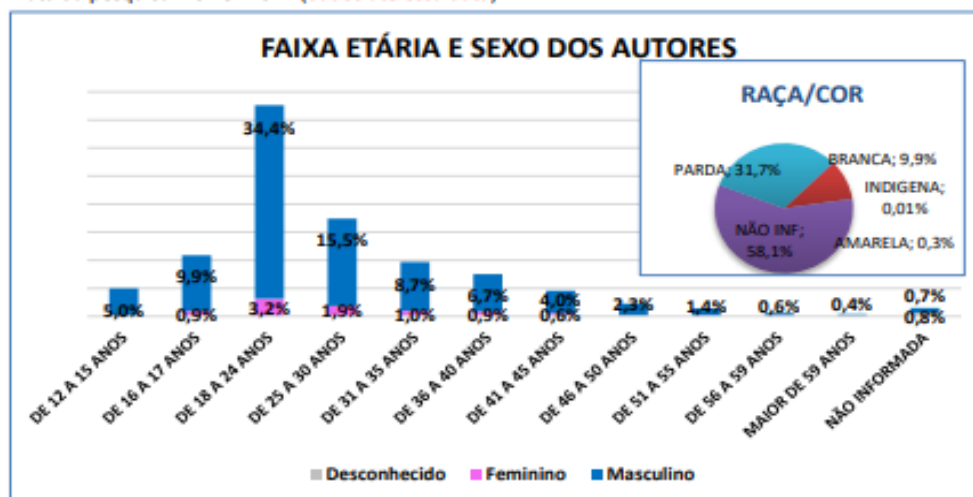
### REGISTROS RELACIONADOS A TRÁFICO DE DROGAS PERÍODO: 2019 A 2022\*

REGIÃO ADMINISTRATIVA	2019	2020	2021	2022	Total
RA 02_GAMA	220	328	203	143	894
RA 03_TAGUATINGA	672	451	614	371	2.108
RA 04_BRAZLÂNDIA	66	142	110	115	433
RA 05_SOBRADINHO	175	183	135	83	576
RA 06_PLANALTINA	310	431	352	264	1.357
RA 07_PARANOÁ	77	113	129	87	406
RA 08_NÚCLEO BANDEIRANTE	19	17	33	17	86
RA 09_CELÂNDIA	903	871	682	590	3.046
RA 12_SAMAMBAIA	331	335	265	159	1.090
RA 13_SANTA MARIA	167	192	159	128	646
RA 15_RECANTO DAS EMAS	238	291	260	172	961
RA 18_LAGO NORTE	7	12	8	4	31
RA 21_RIACHO FUNDO II	28	58	42	50	178
RA 25 ESTRUTURAL	77	250	147	118	592
RA 28_ITAPOÁ	72	128	130	76	406
<b>Total</b>	<b>3.362</b>	<b>3.802</b>	<b>3.269</b>	<b>2.377</b>	<b>12.810</b>

Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)



Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Pesquis realizada pela data do FATO

Data da pesquisa: 16NOV2022 (dados até essa data)